

A FORMAÇÃO EM INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: PORTUGAL NA CONTEMPORANEIDADE

INFORMATION AND DOCUMENTATION EDUCATION: PORTUGAL IN THE ACTUALITY

MARIA MANUELA GOMES DE AZEVEDO PINTO¹

¹*Licenciatura em Ciência da Informação Faculdade de Letras Universidade do Porto; mmpinto@letras.up.pt*

Resumen: Pretendemos aqui analisar e enquadrar o estado actual da formação em Informação e Documentação em Portugal, abordando todo um processo evolutivo, quer no âmbito internacional, quer no nacional, que nos permitirá aferir paradigmas de actuação e o complexo momento de mudança decorrente da emergência da Sociedade da Informação e de uma nova área científica - a Ciência da Informação. Perante o evidente domínio das práticas profissionais nos modelos formativos, vive-se actualmente um esforço, ainda não generalizado, que visa conferir-lhes uma sustentação epistemológica e teórica que permita responder à dinâmica dos desafios suscitados pela sociedade contemporânea e garantir quer a consolidação científica, quer um adequado exercício profissional, por forma a colmatar uma crise identitária agravada pelas tendências autonomizadoras de áreas disciplinares como a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivística, centradas na custódia, na técnica e no documento e que se afirmaram sobretudo no séc. XX. É na segunda metade desse mesmo século que emerge aquele que designamos por paradigma científico-informacional, centrado na informação, e à luz do qual se estão a estruturar inovadores modelos de formação e de investigação científica que coabitam, contudo, com modelos tradicionais, no contexto geral de uma pretensa profunda reflexão que sustentaria a incontornável “adequação a Bolonha” do ensino superior.

Palabras clave: Formação, documentação, informação, Ciência da Informação.

Abstract: We intend to analyze and situate the current state of education in Information and Documentation in Portugal, referring a whole evolutionary process, either in the international context, or in the national one, which will allow us to identify actuation paradigms and the complex moment of change caused by the emergence of the Information Society and of a new scientific area – the Information Science. Facing a clear domain of professional practices in the education models, nowadays a new effort is being developed, still not generally, which aims to give them an epistemological and theoretical support that allows answering to the dynamics of the challenges created by contemporary society and to guarantee either a scientific consolidation, or an adequate professional performance, in order to solve an identity crisis worsened by the autonomic tendencies of disciplinary areas, such as Library Science, Documentation and Archival Science, focused in the custody, in the technique and in the document and built since the end of the 19th century. It is in the second half of the 20th century that emerges the scientific-informational paradigm, focused in the information, and under which are being structured innovative models of education and scientific research that cohabit, however, with traditional ones, in the general context of a supposed deep reflection which would sustain the unsurpassable “adaptation to Bologna” of the high level education

Keywords: Education, documentation, information, Information Science.

1 Formação em Informação e Documentação: a mudança de paradigma

Pensar na Formação em “Informação e Documentação” em Portugal, na contemporaneidade, faz-nos de imediato invocar um “estado da arte” caracterizado, desde logo, por uma dispersão identitária patente em designações de cursos como “Bibliotecas, Arquivos e Documentação”, “Ciências Documentais”, “Documentação e Arquivística”, “Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação”, “Ciências da Informação e da Documentação”, “Ciências da Informação” (termo plural), “Ciência da Informação” (termo singular) ou “Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica”.

Acresce que, nos últimos anos, temos sido confrontados com solicitações no âmbito da análise da Formação e dos modelos formativos, possuindo, normalmente, esses pedidos de abordagem uma tendência para o enfoque ora na área dos “arquivos”, ora na área das “bibliotecas e da documentação” ou, como no caso vertente, no âmbito um pouco mais abrangente da “informação e documentação”. A especificidade que lhes está subjacente é reveladora não só da preocupação crescente que as “diferentes” comunidades de profissionais, assim como entidades do foro associativo ou ligadas à formação, sentem com esta questão, mas é também fruto de uma necessidade geral de mudança a que os modelos e variantes tentados não têm conseguido responder, mantendo-se profundamente ligados a todo um percurso multissecular ligado a grupos profissionais que se construíram em torno de práticas paulatinamente denominadas de biblioteconómicas/documentalistas ou arquivísticas.

No entanto, reportemo-nos nós ao actual contexto da Sociedade da Informação ou às remotas civilizações Pré-Clássicas, constatamos que a materialização das ideias e emoções é inerente à vida em sociedade e à criação de registos e de memória, constituindo o fenómeno e processo info-comunicacional a razão da existência dos referidos grupos profissionais. A análise diacrónica do processo histórico/informacional mostra-nos que estamos perante um percurso em que, indiscutivelmente, encontramos raízes comuns e cujos primórdios são indissociáveis do aparecimento e difusão da escrita e da necessidade de recolha, tratamento e uso da informação produzida e materializada em documentos que, por sua vez, eram objecto de um processo natural de acumulação pelas sociedades políticas das civilizações consideradas como “berço da escrita”(1).

Um percurso em que tudo começou com a linguagem, o “sistema de signos, nascido da vida social, que os homens usam para exprimirem e comunicarem as suas ideias ou sentimentos”(2), reforçando-se com a emergência de sistemas de representação através dos quais se verificou a progressiva objectivação/fixação da mensagem e a sua vinculação a um suporte em que era registada. A escrita vem responder à necessidade de registo e comunicação de actos, conhecimentos ou sentimentos, constituindo o principal meio de fixação da linguagem, configurando o registo escrito quer o apoio às actividades quotidianas das comunidades e Estados (registo/memória das mesmas, sendo utilizado como registo contabilístico, inventário dos templos, gestão dos domínios agrícolas, registo e gestão dos impostos, contratos, testamentos, censos, entre muitos outros), quer a corporização do conhecimento do mundo, que era necessário recolher, armazenar e proteger sem que, na sua génese, tal implicasse necessariamente uma separação física que a história dos últimos três séculos vai cristalizar em torno do serviço de arquivo (essencialmente histórico), biblioteca ou centro de documentação.

Registe-se, ainda, que a própria longevidade da escrita acabará por consagrar a associação da informação registada a dois conceitos-chave, sobretudo para os profissionais dos arquivos e bibliotecas: o conceito de documento, entendido como “informação registada num suporte material”, com uma progressiva secundarização do suporte humano que a criou, recebeu e guardou na sua memória, bem como do contexto da sua produção e comunicação; o conceito de artefacto entendido como materialização tridimensional (objecto) de informação concebido e manufacturado pelo ser humano e configurado, por exemplo, num livro – documento de biblioteca - ou num documento de arquivo, com a secundarização, neste caso, do mentefacto que lhe esteve na origem e da complexidade do fenómeno info-comunicacional(3).

Este contexto é essencial para percebermos a evolução dos modelos formativos e o período de mudança em que nos encontramos, não significando, todavia, o termo “mudança” que esteja aqui em causa uma alteração profunda no que concerne à abordagem dos arquivos e das bibliotecas e à actuação dos profissionais que neles têm o seu objecto de trabalho. A propósito, vejamos um pequeno excerto do *Euroguide LIS* no qual é referido o seguinte:

“The profession concerned, that of library and information services (LIS), still fulfils its fundamental mission. That is, it is responsible for finding (and knowing how to find) information of professional use,

treating this information in order to increase its quality, managing it and making it easily accessible, as well as transmitting the information to those who need it, be they users or clients.

However, even if its mission is still the same, the means to fulfil it have rapidly evolved. New and ever more proficient technologies which have invaded the work environment are also available to professionals in LIS. The risk is, in fact, that the attention given to these necessary technological innovations will undermine the reason for the existence of LIS and what it should accentuate: the informational content of documents, reports, theses, etc. At the same time, the profession is under pressure and obliged to evolve due to the increased level of social demand. Information has become an indispensable commodity to the development of any modern society, and thus, a sought after and exploited commodity. It has powerful stakes even before the advent of the information society that we speak of so often”(4).

Na verdade, e na nossa perspectiva(5), trata-se de garantir a prossecução da ”fundamental missão” destes profissionais, retomando posicionamentos que, de uma forma natural, sempre estiveram associados aos arquivos e bibliotecas e à constituição dos seus acervos, dotando-os, contudo, do suporte epistemológico e teórico capaz de suprir actuais separações e incapacidades de resposta aos desafios que a contemporaneidade nos/lhes coloca e, sobretudo, clarificando e distinguindo duas componentes fundamentais para a abordagem da formação, isto é, a Ciência da Profissão, numa acepção em que não nos poderemos confinar a simples alterações enquadradas e subordinadas a um mesmo *modus operandi*, mas em que o que deverá presidir à determinação do modelo formativo e dos conteúdos científicos dos cursos, nomeadamente nos de nível superior, serão questões científicas apelando, incontornavelmente, à já referida sustentação epistemológica e teórica. Estamos, pois, perante o final de um percurso que aponta para uma clara mudança de paradigma que detalharemos de seguida.

1.1 Porquê a necessidade de mudança?

Como referimos, a análise do processo evolutivo em torno dos arquivos e das bibliotecas mostra-nos claramente a existência de um *modus operandi* rico e tecnicamente aperfeiçoado ao longo de milénios, embora como dissemos centrado no documento, mas que não conseguiu sair ileso das profundas alterações ocorridas entre os finais do séc. XVIII e os do séc. XX.

Na verdade, a abordagem da mudança de paradigma exige que façamos primeiro uma incursão no processo histórico e, mais concretamente, analisando o impacto da Revolução Francesa de 1789 que, também nesta área, poderemos referenciar como o princípio de um processo de mudança a que se associam o desenvolvimento da Ciência Histórica e as influências do Positivismo e que alterará substancialmente essas práticas milenares, conduzindo a um progressivo afastamento dos produtores/acumuladores de informação e à institucionalização de uma actividade.

1.1.1 Consequências do contexto histórico

Na linha da proposta apresentada pelos autores de *Arquivística : Teoria e prática de uma Ciência da informação* poderemos dividir em três fases principais aquele que considerámos como o período crítico da história dos profissionais/serviços de informação: a fase sincrética e custodial (séc. XVIII-1898); a fase técnica e custodial (1898-1980) e a fase científica e pós-custodial (1980-...).

Ressaltam, desde logo, nesta proposta a dualidade custodial e pós-custodial e uma linha evolutiva que, da ruptura dos vínculos naturalmente estabelecidos entre produtores e documentos produzidos/acumulados, passa pela necessidade de legitimação do Estado-Nação bem como da defesa da memória para a História Nacional, com o consequente aparecimento de entidades custodiadoras artificialmente criadas e vincadamente tecnicistas, até que atinge a dimensão de cientificidade que enquadrará e orientará um renovado “modus operandi” dotado já não só de competências técnicas mas também de competências do foro analítico e reflexivo, de base inter e transdisciplinar, e capaz de responder aos desafios da sociedade contemporânea.

Um processo evolutivo nada pacífico e caracterizado por cisões que ditaram e explicam o actual modelo de funcionamento de instituições essencialmente ligadas à Herança Cultural e a um legado com forte cariz patrimonial

(património documental) e que, maugrado pugnarem por um objectivo comum relacionado com a produção, organização, descrição, indexação e disponibilização de informação registada nos mais diversos suportes, corporizam uma efectiva separação entre profissionais, metodologias de actuação e, na maioria dos casos, nos próprios modelos de formação, dada a base prática a partir da qual era obtida e do seu direccionamento a um exercício profissional específico. Entre as cisões mais relevantes refiram-se as seguintes:

1. nacionalização e incorporações em massa, no período pós-Revolução Francesa e Napoleónico, de documentos provenientes do território francês e países invadidos, com a distinção entre o que era indispensável para a administração e o que conservava mero interesse histórico-cultural e conseqüente desarticulação dos acervos;
2. criação, logo após a Revolução Francesa, de instituições estatais com funções de recolha, tratamento e disponibilização do vasto património bibliográfico e documental produzido e acumulado por gerações de entidades públicas e privadas e, agora, separado em função de critérios externos ao da sua produção/acumulação, configurando os actuais Arquivos (*Archives Nationales* - depósito central para toda a República) e Bibliotecas Nacionais, bem como as diversas “redes” de arquivos e bibliotecas que custodiam, respectivamente, os comumente designados “documentos de arquivo” e “documentos de biblioteca”;
3. criação de “arquivos históricos” concebidos para conservar, gerir e possibilitar o acesso à documentação custodiada, essencialmente de carácter patrimonial, e cuja finalidade primordial é servir de fonte para a historiografia (serviços especializados de arquivo), salientando a ascensão do aspecto funcional indissociável da criação das “salas de consulta” e do perfil profissional de arquivista-paleógrafo;
4. acresce a criação da estrutura artificial do “arquivo intermédio”, também designado por “pré-arquivo”, agora por força da explosão documental do pós 2ª Guerra Mundial, isolando cada vez mais o “arquivo histórico” e salientando o carácter “não arquivístico” das fases anteriores;
5. progressiva separação, a partir de finais do séc. XIX, dos arquivistas dos “arquivos históricos” – normalmente de âmbito público - dos arquivistas envolvidos no apoio à produção, tratamento e disponibilização dos documentos administrativos e técnicos e ligados à gestão da informação no contexto das mais diversas organizações - nomeadamente governamentais -, designados na terminologia anglo-saxónica por *records managers*, por oposição aos anteriormente referidos *archivists*, característicos do “modelo francês”;
6. separação entre os bibliotecários eruditos e os documentalistas, estes últimos em plena ascensão desde finais do séc. XIX, fruto da actuação e ideias inovadoras de Paul Otlet e Henri La Fontaine e que estarão no vasto movimento ligado à explosão da informação científica e técnica e às preocupações com o acesso, recuperação e uso dessa informação conduzindo, nos anos 60 do século XX, ao aparecimento da Ciência da Informação, provocando, em conjugação com o referido no ponto anterior, mudanças estruturais ao nível da profissão, da formação e do ponto de vista disciplinar;
7. pretensa fundamentação teórica assente na noção oitocentista de “fundo”, termo aplicado como sinónimo quer de “arquivo” (“fundo arquivístico”), quer de “coleção” (“fundo bibliográfico”) e associado ao conceito estático de “documento de arquivo” e de “documento de biblioteca”, assumidos como “objecto material” do trabalho, respectivamente, do arquivista e do bibliotecário, e denotando uma inexorável fixação ao suporte físico, quando na verdade surgiu como um conceito pragmático formulado por Natalis de Wailly em 1841 e que visava a “parcial” reposição da unidade que a directa associação à entidade produtora da informação conferia, naturalmente, ao acervo por ela produzido e que havia sido destruída com as incorporações em massa;
8. pretensa autonomização de disciplinas como a Ciência Arquivística (inicialmente referenciada como Arquivologia - ciência auxiliar da História - apontando, nos finais do século XIX, para a emergência de uma Arquivística caracterizada pelo domínio da vertente técnica e que se assume como uma disciplina) a Ciência da Biblioteconomia ou a Ciência da Documentação (genericamente designadas por Ciências Documentais), estruturadas à imagem de práticas profissionais com um grande peso corporativo e fazendo prevalecer os aspectos profissionais sobre os científicos.

Estas cisões consolidaram-se durante a primeira metade do séc. XX e vamos encontrá-las perfeitamente consagradas quando analisamos a evolução da formação em Portugal, reflectindo o impacto de um movimento que de França (daí a designação de modelo francês) rapidamente se estendeu aos países do sul da Europa e ao próprio universo ibero-americano corporizando o que designamos por paradigma custodial, historicista e tecnicista desenvolvido, segundo Fernanda Ribeiro, em torno de três palavras-chave: custódia, técnica e documento(6). Este paradigma vigorará ao longo dos séculos XIX e XX, entrando em evidente crise no período pós 2ª Guerra Mundial.

1.1.2 Consequências na formação

Em comunicação apresentada em 2004 ao 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro referem que a “afirmação profissional na área da documentação/informação, sustentada por uma formação específica, teve início em meados de Oitocentos, sendo nas instituições nacionais devotadas à conservação das espécies bibliográficas e arquivísticas que essa mesma formação começou a ser ministrada”(7), situação que seria comum à maioria dos países europeus e aos Estados Unidos, para além de outros países a nível mundial.

Na verdade, analisando os primórdios da formação, encontramos, desde logo, uma formação “em serviço” efectuada nos Arquivos e Bibliotecas Nacionais os quais constituíam os centros preferenciais para formar, através da prática, profissionais que viriam a desempenhar funções biblioteconómicas e arquivísticas. Contudo, e paralelamente, teremos que considerar o aparecimento das escolas eruditas cujo caso paradigmático é o da *École Nationale des Chartes*, criada em Paris em 1821, com uma forte matriz historicista e que espelhava e reforçava, através do modelo de formação, o já referido modelo francês, direccionando-se à formação de arquivistas-paleógrafos e de bibliotecários eruditos, através de um ensino em que as disciplinas consideradas auxiliares da História (a Paleografia, a Diplomática, a Bibliologia, a Arquivologia e a Sigilografia, entre outras) dominavam os conteúdos curriculares e visavam o apoio aos investigadores (sobretudo aos historiadores) e à referenciação/transcrição de fontes de informação num posicionamento marcadamente custodial, historicista e positivista (arquivo sinónimo de “laboratório da história”). Um modelo de formação que rapidamente se disseminou por diversos países europeus, incluindo Portugal.

A partir da segunda metade do séc. XIX, este posicionamento adquire algumas *nuances* por força da crescente afirmação da vertente técnica e consequente ênfase no acesso à informação através da normalização e procedimentos de tratamento da informação, bem como da emergência do associativismo nesta área. Indissociável deste movimento são, sobretudo, as novas perspectivas propostas por Paul Otlet e o impacto que terão na Europa, reforçadas com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, estendendo-se a sua influência ao movimento associativo que começa a apostar quer na formação inicial, quer na contínua, nomeadamente as emergentes associações europeias como a *Association des Bibliothécaires Français* (ABF), fundada em 1906, e que estabelece em Paris uma Escola de Biblioteconomia destinada a treinar bibliotecários e documentalistas, e as associações profissionais dos Estados Unidos (US), como a *American Library Association* (ALA), fundada já em 1876. Estas acções acentuar-se-ão no período entre as duas guerras, como é o caso do Reino Unido, salientando-se a acção da *Library Association* e da *Association of Special Libraries and Information Bureaux* (ASLIB), fundada em 1923, numa aproximação às associações americanas entre as quais se destacam a *Special Libraries Association* (SLA), estabelecida no seio da *American Library Association* (ALA) em 1909, e o *American Documentation Institut* (ADI), criado em 1937. Por seu lado, quer a *Association des Archivistes Français* (AAF), fundada em 1904, quer a *Society of American Archivists* (SAA), fundada em 1936, começam também a ministrar cursos e acções de formação direccionados aos arquivistas.

Os cursos de formação profissional de bibliotecários e documentalistas, bem como de arquivistas, ganham, assim, uma expressão significativa embora já se evidenciasse a tendência para ultrapassar o modelo de formação conjunta de bibliotecários e arquivistas, como acontecia na *École Nationale des Chartes*, afirmando-se a formação em instituições distintas.

Acresce que, e paralelamente à ascendente participação das associações e escolas profissionais na formação, torna-se inequívoca a progressiva afirmação e autonomização da profissão de documentalista e da “área disciplinar” da “Documentação” (conceito formulado e desenvolvido por Paul Otlet e, como vimos, ligado à informação científica e técnica), embora muito mais próxima de uma Biblioteconomia, enunciando a futura emergência da *Information Science* (IS) - Ciência da Informação (CI) - e actuais designações como *Library and Information Science* (LIS) o que nos conduz à necessidade de equacionar qual o papel desempenhado pelas Universidades.

Efectivamente, a formação ministrada nas Universidades demora um pouco mais e surge, muito pontualmente, em finais do século XIX (terceiro quartel), nomeadamente em Itália com as Universidades de Bolonha e de Macerata a introduzirem a formação na área da Arquivística (no âmbito de cursos de Jurisprudência ou de História), ou o caso da Universidade de Columbia, nos US, com o curso de formação de bibliotecários. Contudo, e na maior parte dos casos, esta presença limitava-se a uma disciplina, por exemplo, do curso de história. Só na década de 40 do

séc. XX se considera institucionalizado o ensino universitário de arquivistas, bibliotecários e documentalistas, quer na Europa, quer nos US, envolvendo “cursos médios (Undergraduate Major in Librarianship), superiores (Bachelor's Degree) e de pós-graduação (Master Degree) ... ministrados em diferentes escolas”(8), especialmente nos já referidos US.

Nos anos 60, e decorrentes das já mencionadas alterações estruturais relacionadas com a emergência quer dos *records management*, quer da IS, surgem programas de estudos em IS – *Library and Information Science, Library and Information Studies ou Information Management* (alguns integrados em escolas de Biblioteconomia). Esta é uma nova área de interesses científicos e profissionais cuja visibilidade se torna crescente após a Conferência Internacional de Washington de 1958, estando claramente implantada enquanto área disciplinar na formação académica a partir dos anos 70, centrando-se os interesses dos *information scientists* nos problemas ligados à produção/recolha, organização/uso e difusão da informação e com uma maior proximidade das questões tecnológicas e das problemáticas suscitadas pela emergente Sociedade da Informação, num percurso que amplia progressivamente a visão custodial e tecnicista centrada no tratamento e uso da informação e de cuja produção científica começam a emergir temáticas ligadas ao contexto orgânico de génese/produção da informação e ao comportamento informacional.

No que concerne à sua relação com as “áreas tradicionais”, a afirmação da IS faz-se com os bibliotecários e os documentalistas, mas deixa de lado os arquivistas (esta separação foi acentuada após a criação do International Council of Archives (ICA), em 1950), assistindo-se nos EUA a uma progressiva integração do ensino da Arquivística nas escolas de Biblioteconomia e IS, por uma mera questão de logística e de racionalização de recursos e não em resultado de uma fundamentação epistemológica e teórica.

Torna-se, pois, evidente, na segunda metade do séc. XX, o acentuar da diversidade dos modelos de formação, níveis de ensino e graus atribuídos, bem como a separação quase generalizada da formação de bibliotecários, documentalistas e *information scientists* da dos arquivistas (dos arquivos históricos e ainda muito ligados ao curso de História em alguns países), sendo ainda de acrescentar, relativamente a estes últimos, a cada vez maior diferenciação face aos *records managers* que apoiam a gestão corrente das organizações. Compreender-se-á, assim, o desencadear, após 1974, do movimento em favor da harmonização das formações apoiado pela UNESCO e envolvendo a International Federation of Library Associations and Organizations (IFLA), a International Federation for Information and Documentation (FID) e o ICA. Todavia, e apesar dos esforços internacionais em prol da harmonização, não houve efeitos práticos relevantes mantendo-se a presença simultânea da formação ministrada nas universidades, com a garantida pelas associações profissionais. No caso da Arquivística, é visível, em finais da década de 80, a tendência para o atenuar do esforço de harmonização, surgindo mesmo uma “corrente” defensora da autonomia disciplinar - *Archival Science* - e da procura de uma identidade profissional específica.

Library and Information Science ou *Archival Science* indiciam a continuidade de tendências disciplinares autonomizadoras, bem como de especialização profissional, mas não obstarão a que a “revolução” encetada pelos desenvolvimentos tecnológicos, geradores de novos meios de comunicação e de novos suportes da informação, de novas formas e ambientes de produção, armazenamento, recuperação e uso de informação, enuncie a emergência de novos e prementes desafios aos quais só um novo paradigma permitirá encontrar a resposta. Esta passará, inevitavelmente, pelo abandono de modelos que, apesar de tudo, ainda hoje influenciam muitos profissionais, correspondendo àqueles que há muito reclamavam uma alteração radical dos modelos formativos e dos conteúdos curriculares.

1.2 A mudança de paradigma e a construção da IS (CI)

A questão da cientificidade e de uma postura pós-custodial, centrada na informação e não no documento, caracterizarão de uma forma geral aquela que apresentamos como a fase científica e pós-custodial com início nos anos 80 do século XX.

Na sua origem está já todo um contexto de mudança que, aos vários níveis, procura fazer face aos sinais de crise de um paradigma desenvolvido em torno da custódia, da técnica e do documento e que não consegue responder aos novos modelos de produção e consumo informacional em estruturação, reflexo de um novo contexto político, económico, social, cultural e tecnológico com raízes directas no período do pós 2ª guerra mundial.

Há, incontestavelmente um novo “meio ambiente” que condiciona e envolve os contextos e situações comportamentais relativas à produção, fluxo, gestão, transmissão e uso/reprodução de informação em todo o seu ciclo de vida, em qualquer contexto organizacional/humano e sem limitações físicas ou espaciais. O Homem, ser social, as suas actividades e a sua necessidade de comunicar e de transmitir ideias e sentimentos, têm sido, sobretudo no último quartel do séc. XX, naturalmente modeladas com/pela interacção com o novo “ambiente digital”, responsável pela emergência de um novo modelo de Sociedade – a Sociedade da Informação –, e de novos comportamentos, incluindo os informacionais, com um incontornável impacto na própria forma de materialização decorrente do processo info-comunicacional, até aí dominada pela escrita num qualquer suporte material. Os sistemas tecnológicos de informação suportam as actividades quotidianas de indivíduos, comunidades e Estados, e alojam uma parte considerável do(s) sistema(s) de informação (SI) por eles produzido(s), implicando cada vez menos o *output* escrito materializado no documento.

A “explosão da informação” e o conseqüente aumento de pessoas interessadas em usar e desenvolver informação científica e técnica através da utilização de meios informáticos suscitaram a sofisticação dos sistemas e dos dispositivos de armazenamento e processamento, única possibilidade para organizar e tratar grandes massas informacionais. O acelerado desenvolvimento tecnológico fez surgir novos suportes da informação, novos meios de comunicação, para além da já mencionada maior produção informacional, permitindo a realização de variadíssimas operações sobre a informação, a generalização dos meios de manipulação, transferência e difusão da informação, contribuindo decisivamente para a crescente especificidade da informação, a ponto de, actualmente, esta se constituir como objecto de estudo de várias ciências.

A informação emerge, pois, como um fenómeno inscrito na realidade humana e social, abarcando um vasto leque de facetas como a político-administrativa, a cultural e a científica, e assume uma dimensão que ultrapassa a tradicional visão documentalista, que considera, apenas, a informação registada (documental) como objecto de trabalho e de estudo das já referidas ciências designadas de Documentais, em que se incluíam a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação.

Como vimos, a informação tende a ser materializada para mais facilmente poder ser conservada, trocada e difundida. Contudo, a materialização não acrescenta nada de essencial à informação que já existia como objecto conceptual, antes de se tornar objecto material; não a transforma em algo essencialmente diferente pelo facto de ser agregada a um suporte que a “coisifica”. Aliás, a milenar unidade da informação com o suporte que a materializa é completamente alterada e secundarizada com a introdução do digital, dos sistemas distribuídos, de novas técnicas de registo que implicam relações do tipo “um para muitos” da unidade informacional digital com o(s) suporte(s) em que é registada/armazenada, afirmando-se, ainda, a pluridimensionalidade (dimensão física, lógica, conceptual e essencial) de unidades informacionais que têm que ser devidamente contextualizadas e consideradas na sua globalidade, suscitando desafios a que as tradicionais práticas não conseguem efectivamente responder.

Assumindo, aqui, a definição de Informação numa acepção marcadamente humana e social e entendida como o “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interacção social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.), e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada”(9), evidenciámos a complexidade de “interpretação” e de “sentido” que são inerentes à informação, o facto de que lhe estão implícitas as “ideias e emoções”, o “dar forma a essas ideias e emoções” e o “acto da sua partilha”, abarcando, desta forma, o pleno do fenómeno info-comunicacional sobre o qual nos centramos e que nos obriga a rever criticamente a tradicional noção de documento.

Se à definição de informação acrescentarmos a de Sistema de Informação (SI), distinto do Sistema Tecnológico de informação (STI), e “constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito ..., não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo”(10) e considerarmos que um Arquivo ou uma Biblioteca, enquanto serviços, podem fazer parte de um Sistema ou, enquanto instituições, podem ser um Sistema, mas não se podem confundir com o SI o qual abarca toda a informação produzida/recebida e acumulada na organização, independentemente da existência de um serviço – Arquivo ou Biblioteca – que a processe, armazene e difunda, teremos um quadro mais completo de um posicionamento com múltiplas consequências teórico-práticas e que afectará directamente a actividade de profissionais que não podem continuar a ser aqueles que conservam e arrumam papéis ou documentos ao serviço dos investigadores e demais utilizadores e que se devem assumir sobretudo como

estruturadores e “gestores” da Informação em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional, recolocando o enfoque também no criador/produtor que, no decurso da sua actividade, produz/recebe, acumula e usa informação e, não esquecendo que a informação que este gera e recebe, reflecte por inteiro a sua natureza e objectivos.

Concretizando no actual contexto da Sociedade da Informação, vemos que as entidades, sejam elas públicas ou privadas, individuais ou colectivas, são confrontadas com necessidades como: implementar estratégias de *e-business*, de *e-governement*, de *e-learning*, de *e-culture*; de descentralizar as suas actividades e os postos de trabalho/atendimento; de racionalizar/redesenhar processos e distribuir actividades e tarefas de forma consistente e equitativa; de documentar as políticas, decisões, acções e resultados de todas as partes envolvidas; de eliminar a redundância de informação; de conceber e gerir um sistema de informação no qual suportes analógicos e digitais tendem a coabitar; de garantir um maior controlo da autenticidade, integridade e fiabilidade das transacções e do sistema de informação; de aumentar o controlo do acesso a esse sistema; de cumprir os requisitos normativos e legais; de proteger os interesses de autores, de utilizadores, de organizações e respectivos colaboradores, dos seus clientes/cidadãos e demais agentes; de prevenir situações de emergência ou desastre; de assegurar o acesso continuado à informação, em qualquer suporte e no longo termo; de prestar um serviço de qualidade; de preservar a memória institucional.

A estas necessidades teremos que associar uma realidade em que as plataformas tecnológicas (hardware e software) e a utilização dos meios digitais, de uma Internet/Intranet e de uma Web vêm aumentar exponencialmente a interacção intra e inter-organizacional, que torna o real virtual, abrindo uma nova era para o autor/produtor, o leitor/utilizador/personagem, sem limitações físicas ou fronteiras, assegurando, ainda, as actividades quotidianas de indivíduos e organizações de uma forma que se pretende cada vez mais eficiente e eficaz.

Este enunciado conduz-nos, inevitavelmente, aos problemas que se colocam ao profissional actualmente confrontado com uma realidade que envolve a gestão dos recursos de informação, a gestão do ciclo de vida da informação e actividades subjacentes e a gestão da plataforma tecnológica de informação e comunicação e que sente como incontornável a interligação de tudo isto com a organização e a sua dinâmica evolutiva, dado o enfoque que, de forma generalizada, se coloca na premência do apetrechamento tecnológico em detrimento de todas as restantes variáveis e que redundam em situações como: a falta de planificação do “sistema de informação”; a inexistência de integração; a não identificação das necessidades de informação; a existência de informação redundante; a não avaliação da informação; a dispersão da informação por variados suportes; a não aplicação de normalização; a perda de produtividade; o aumento desnecessário dos custos de manutenção, de transferência de suporte e de preservação; a possibilidade de não cumprimento dos imperativos legais; a dificuldade em implementar um sistema de garantia da qualidade; o uso da informação não direccionado à estratégia da organização; o não cumprimento da missão e objectivos da organização.

O profissional a formar, que de forma genérica definiríamos como “profissional da informação” ou “gestor de informação”, deverá ter bases que lhe permitam conhecer e avaliar retro e prospectivamente a organização em que se insere e os seus actores, os processos de negócio/produção e fluxo de informação, os consumidores/clientes, o ambiente interno e externo da organização. Só desta forma poderá estar apto, por exemplo, a planear estrategicamente a estrutura produtora de informação; a produção de informação, incluindo os *standards* de formatos de dados, as metodologias de exportação/importação bem como de acesso e preservação da informação a longo termo, a sua avaliação, classificação, descrição...; a tecnologia (capacidade, performance, longevidade, compatibilidade, standards ...); a administração do sistema, os sistemas de segurança, o acesso multinível e através de diferentes meios e suportes, o controle e avaliação de tempos de acesso e recuperação da informação. Deve, ainda, estar consciente que o real desafio colocado às organizações é muito abrangente, implica o reequacionamento da estrutura organizacional, dos modelos de gestão, dos processos organizacionais, dos recursos utilizados e, como não poderia deixar de ser, da própria cultura organizacional. De facto, o elemento caracterizador da nossa Sociedade - a Informação - é o produto, como já o dissemos, da acção humana em Sociedade, reflexo das condições estruturais, sejam elas políticas, técnicas, económicas, ou culturais, nas quais essa acção se desenvolve a fim de concretizar os diferentes objectivos. Ela é moldada pela estrutura produtora, depende dos processos que a produzem, tem que ser relacionada com os meios operativos e considerada na interacção sistémica inerente ao processo informacional e histórico, não implicando o processo da sua acumulação/uso a existência explícita de um serviço de Arquivo, de Biblioteca ou Centro de Documentação.

A informação, enquanto fenómeno e processo, impõe-se “às” e “nas” organizações. A sua “gestão” envolve toda a organização e os seus colaboradores, acompanha o dia a dia da organização e abarca todo o ciclo de vida da informação desde o planeamento, à criação, fluxo, avaliação, classificação, até ao armazenamento, preservação e disponibilização. Está cada vez mais relacionada com a Gestão da Qualidade, com o planeamento estratégico, tático e operacional das empresas e demais entidades, com os processos organizacionais, sejam eles de gestão, de produção ou de implementação de tecnologias. Uma postura que implica claramente parcerias, convocando uma interdisciplinaridade não só no âmbito da Ciências Sociais mas com uma evidente aproximação à área dos Sistemas Tecnológicos de Informação, da Gestão ou da Organização e Métodos.

No nosso percurso profissional constatámos a indiscutível importância da gestão da informação para as organizações com que colaborámos, assim como ficou patente que a sua efectivação não se poderia reduzir à aplicação aleatória de metodologias de gestão, de gestão de sistemas informáticos e de gestão de recursos informacionais, sendo também impossível manter a tradicional "compartimentação" documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de Arquivo, serviço de Biblioteca, sistema informático), um critério superficial e que não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade) de informação. Sentimos que uma “praxis” sem um corpo teórico que lhe conferisse sustentabilidade corria o risco de constituir um somatório de acções avulsas insuficientes para responder cabalmente aos complexos desafios da Era Digital.

Não sendo oportuno detalhar aqui esta questão, resta-nos referir que, quando nos reportamos à emergência do paradigma científico-informacional como a alternativa que se impõe, estamos a salientar o domínio de uma CI que, mantendo o seu referencial de Ciência Social, está progressivamente a afirmar-se na sua fundamentação epistemológica, lutando pela sua demarcação ontológica e sustentando o modelo científico-informacional cujas características principais são: a definição da informação social (fenómeno e processo info-comunicacional) como objecto de estudo; o recurso à Teoria Sistémica como "ferramenta" interpretativa/explicativa do fenómeno “informação”; e a aplicação de um dispositivo metodológico geral - o método quadripolar.

Uma área científica, um objecto de estudo, um modelo teórico que sustentará modelos de operacionalização, incluindo os modelos formativos, e que naturalmente nos conduzirá a uma perspectiva sistémica e unitária, que anule as separações artificiais entre as “opções” Arquivo e Biblioteconomia e Documentação e que faça a síntese com a área dos Sistemas Tecnológicos de Informação, abarcando na estrutura curricular uma área científica nuclear - Ciência da Informação - e áreas complementares (interdisciplinaridade) como as Ciências Sociais e Humanas / Informática e Computação / Administração e Gestão, podendo, assim, responder progressivamente aos desafios que se nos colocam, quer no âmbito científico, quer no profissional, não deixando de convocar, dia após dia, parcerias com os especialistas destas áreas numa salutar inter e transdisciplinaridade.

2 Formação e modelos formativos em Portugal

É para nós inquestionável a influência que o contexto anteriormente analisado teve sobre a formação e os modelos formativos, assim como estes são, na nossa opinião, incontornáveis para percebermos o *modus operandi* dos profissionais e a capacidade de antecipação/reacção destes e das entidades formadoras, face a novos desafios como os colocados pelo “ambiente digital”. Uma realidade que, pela sua importância, tem suscitado nos últimos anos muita reflexão e que também não pode deixar de ser relacionada com os modelos de ensino/aprendizagem, nomeadamente no caso do ensino superior, e do impacto que a adequação a Bolonha vem provocar nesta área em Portugal.

2.1 A estruturação do modelo de formação dominante (finais séc. XIX a 1983)

Não nos sendo possível detalhar aqui o processo evolutivo das bibliotecas e arquivos em Portugal e reconhecendo uma linha estruturante que consagra a sua natural existência no seio das entidades que produzem/constituem os acervos, sejam elas a Coroa e a administração régia, as instituições da governança municipal, as comunidades seculares ou regulares da Igreja, elementos da nobreza ou de uma burguesia em ascensão, centrar-nos-emos, pois, no período que se inicia com a transição do *Antigo Regime* para o *Liberalismo* e no profundo impacto que teve nesta área.

Na verdade, o peso da matriz historicista e patrimonialista que temos vindo a enunciar e que caracterizou efectivamente os séculos XIX e XX (11), reflectiu-se também em Portugal, destacando-se, na segunda metade do séc. XVIII, a influência de uma Academia Real das Ciências e o crescente interesse da História pelos Arquivos, na senda do trabalho da Academia Real da História (criada em 1720). É indiscutível o desenvolvimento da “metodologia histórica” e a emergência de figuras emblemáticas como a de João Pedro Ribeiro que, numa linha historicista e positivista, começam a estruturar uma relação crucial entre as emergentes disciplinas auxiliares da História – a Paleografia e a Diplomática - com os Arquivos, promovendo a introdução dessas disciplinas no ensino universitário ainda em finais do séc. XVIII e a posterior deslocação do ensino da Paleografia para o Arquivo da Torre do Tombo em 1801, tornando-se a sua frequência obrigatória para trabalhar no Arquivo, configurando com alguma antecipação a emergência do arquivista-paleógrafo que a École de Chartres viria a tornar emblemática.

Com a instauração do Regime Liberal seguir-se-á a progressiva afirmação do domínio do conceito de “Nação” sobre o de “Coroa” e consequente aplicação, através do Regulamento de 1823, do estatuto de “Arquivo Nacional” àquele que havia sido criado no séc. XIV como o “cartório da Torre do Tombo” ao serviço da Coroa e da administração régia. Apesar de ocorrerem ao longo do séc. XIX alterações pontuais na sua designação – entre o “Nacional e Real” e o “Real”- resultantes da alternância politico-ideológica, a República vai acabar por consagrar este estatuto e a designação de “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, em 1911.

A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, desencadeará o grande movimento centralizador e incorporacionista à escala portuguesa, com a transferência dos respectivos cartórios para os Próprios da Fazenda Nacional e, em 1862, em consequência da acção do historiador e escritor Alexandre Herculano, ocorrerá a promulgação do Decreto de 2 de Outubro, que determina a incorporação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo dos cartórios das igrejas e corporações religiosas.

Refira-se, a propósito, que já em 1836 havia ocorrido a transferência para o Arquivo Nacional da conhecida como “Colecção Especial”, constituída por documentos de diferentes proveniências agrupados cronologicamente em três séries (documentos pontifícios, documentos reais e miscelânea), evidenciando, aqui, uma outra vertente das rupturas em curso, num posicionamento similar ao que havia ocorrido em 1746, por força da crescente afirmação do dito “valor secundário” dos documentos e das reclassificações “inorgânicas”, e que resultou na criação por Manuel da Maia do também conhecido “Corpo Cronológico” que, incluindo cerca de 82.902 documentos ordenados cronologicamente, ainda hoje constitui um desafio para qualquer tentativa de recuperação de informação, apesar de ter sido precisamente a sobrevalorização dessa necessidade que presidiu a este ímpeto reclassificador .

No âmbito das bibliotecas, tendo o Terramoto de 1755 destruído a Biblioteca Real, foi criada, por alvará régio de 29 de Fevereiro de 1796, a Real Biblioteca Pública da Corte, destacando-se na sua organização e na afirmação do seu pendor erudito o primeiro Bibliotecário-Mor, António Ribeiro dos Santos. Decorrente da extinção das Ordens Religiosas de 1834 também o seu acervo sofre um crescimento considerável com a incorporação de grande parte dos acervos das bibliotecas das Ordens, tendo ocorrido, inclusive, a mudança das instalações em que se encontrava para o edifício do então extinto Convento de S. Francisco. Em 1844, Feliciano Castilho, bibliotecário-mor, reconhecia a dificuldade sentida para tratar a documentação incorporada. Não obstante, a proclamação da República e a extinção das Congregações Religiosas trouxeram consigo uma nova vaga de incorporação das respectivas bibliotecas na Biblioteca Nacional e o maior enriquecimento do património tutelado pelo Estado.

Estas ocorrências, aqui sucintamente descritas, ilustram o profundo movimento de desarticulação, quer ao nível físico, quer ao nível intelectual, de sistemas de informação naturalmente constituídos e assim cada vez mais instrumentalizados por razões que não as que presidiram à sua criação. Uma tendência que conduz decididamente à institucionalização das funções de recolha, armazenamento e uso de documentos tutelados por serviços especializados e para cuja coordenação surgiu, em 1887, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. A criação da Inspeção visava colmatar a incapacidade do Estado para gerir acervos que haviam aumentado de forma exponencial, coincidindo a sua constituição com a criação do primeiro curso de formação dando início a sucessivos processos de adequação que acompanhariam a posterior ampliação desta rede de serviços estatais no âmbito da acção de Júlio Dantas, desenvolvida no período de 1912 a 1946 e que, face ao caos criado, tinha como objectivo a concretização da descentralização dos depósitos do Estado, nomeadamente através da progressiva criação dos arquivos distritais bem como dos arquivos históricos dos ministérios.

Na estruturação desta realidade dual, artificialmente criada, será, ainda, de considerar a influência dos ideais republicanos relacionados com a defesa da instrução pública e o desenvolvimento da cultura, indissociáveis do papel a desempenhar por bibliotecas e arquivos na promoção da leitura e do acesso à informação claramente expresso no preâmbulo do decreto que reorganiza os “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes”, de 18 de Março de 1911: “teremos assim Bibliothecas votadas, umas à expansão do livro, outras ao repositório da alta cultura philosophica, scientifica, literária e artística, e Archivos destinados aos estudos históricos, que reivindicarão o verdadeiro legado pertencente, na historia da civilização, ao glorioso povo português”(12).

Estávamos, pois, perante a indiscutível implantação do “modelo francês” que, desta forma, iria influenciar decididamente o modelo de formação que dominaria em Portugal, desde a instituição do primeiro curso de bibliotecários e arquivistas - *curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-arquivista* - pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887 e que “habilitava para os lugares de conservador, oficial, amanuense-paleógrafo e amanuense do Real Arquivo, bem como para lugares equivalentes da Biblioteca Nacional”. Tal matriz manteve-se nas remodelações do curso efectuadas posteriormente, se bem que reflectindo a tendência internacional para uma visão de carácter mais técnico e que, nesta fase, já se tentava libertar do excessivo peso historicista, apesar de seguir a mesma linha patrimonialista.

As disciplinas específicas do curso - Diplomática, Numismática e Bibliologia (a Paleografia só se iniciaria em 1901) - funcionavam no Real Arquivo da Torre do Tombo ou na Biblioteca Nacional, sob regência de profissionais destas instituições, enquanto que as restantes disciplinas se integravam no Curso Superior de Letras (História, Filologia, Literatura ...). Os profissionais regentes eram nomeados pelo Ministério do Reino, por proposta da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, também criada pelo referido diploma.

Como refere Fernanda Ribeiro, este primeiro e inovador Curso Superior, que liga formação profissional e formação superior e agrega a formação de bibliotecários e arquivistas, evidencia, contudo, uma “continuidade da formação «em serviço», que antes era a única via para instruir”(13) estes profissionais.

Esta situação sofrerá alterações, vinte e quatro anos depois, com a inclusão de uma parte do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista na então recém-criada Universidade de Lisboa (1911), graças à passagem para o meio universitário do Curso Superior de Letras, cujas disciplinas ficam integradas na Faculdade de Letras da referida Universidade. Não obstante, as disciplinas mais técnicas continuam a ser a leccionadas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional.

Só com o Decreto de 8 de Maio de 1918 é que fica atribuída à Faculdade de Letras a responsabilidade da organização e direcção de todo o Curso e emissão de diplomas. O governo da época sente a necessidade de remodelar os serviços biblioteconómicos e arquivísticos, e, com o Regulamento de Outubro desse ano, a reforma atinge também o Curso Superior cuja frequência era considerada fraca ou mesmo nula, por excesso de disciplinas teóricas. O formato é de um curso de nível superior para acesso ao qual era exigida a posse do curso complementar dos liceus (equivalente ao actual ensino secundário) “com a duração de três anos e que conferia uma formação profissionalizante especializada, embora não fosse equivalente a uma graduação, do tipo bacharelato ou licenciatura”(14). Não obstante, é acentuada a valorização da sua componente técnica e reduzido o número de disciplinas teóricas leccionadas na Faculdade de Letras. No grupo de disciplinas figuram as auxiliares da História, a Arquivologia e a Biblioteconomia e disciplinas de cultura geral (História, Latim, Filologia e línguas vivas).

Almejava-se o eficaz cumprimento dos deveres dos profissionais de nível superior, nomeadamente os impostos pelas funções de “conservadores” do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional, mas também formar técnicos para a administração pública, como aconteceu com a criação, em 1913, do “Estágio de Arquivistas”, ministrado na sede da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

Em Maio de 1919 a designação do curso é alterado para “Curso de Biblioteconomia e Arquivística” mas as remodelações mais significativas na sua estrutura e natureza ocorreriam em 1931.

Fruto de um novo contexto político centralizador e de uma reforma estrutural das bibliotecas e arquivos estatais, a nova legislação de 1931 convertê-lo-á num curso técnico, “exclusivamente profissional”, de menor duração (dois anos), com menos disciplinas (redução da formação geral) e agora sob a tutela única da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, transferindo-se, ainda, para o Arquivo Nacional, no ano seguinte, o próprio ensino das

disciplinas de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Faculdade de Lisboa, integrando-as no curso profissional (1932). No elenco de disciplinas ocorre uma redução passando a incluir somente a Bibliologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia e Arquivo-economia, a Paleografia, Diplomática e Esfragística, Numismática e Medalhística e Iconografia e Iluminura (disciplinas específicas e auxiliares da História). O objectivo era fornecer formação técnica para prover os cargos superiores de bibliotecas e arquivos, configurando uma “pós-graduação” dado que implicava a posse prévia do grau de bacharel ou licenciado pelas Faculdades de Letras (ou posse de um determinado elenco de disciplinas).

Esta experiência de “formação em serviço” sem a parceria de uma instituição de ensino tem uma curta duração e o regresso à Universidade acontece em 1935, com a transferência do Curso de Bibliotecário-Arquivista para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (argumentava-se que possuía Arquivo, Biblioteca Geral, Museu de Arte e tradição contínua no ensino das “disciplinas subsidiárias da História”). Este é um curso considerado de pós-graduação, constando como condições de acesso um diploma em qualquer curso superior e a aprovação em exame de aptidão. Com a duração de dois anos e estágio de seis meses, visava a preparação profissional de pessoal técnico das bibliotecas e arquivos do Estado e das corporações administrativas, incluindo como disciplinas a Paleografia e Diplomática, a Numismática e Esfragística, a Bibliografia e Biblioteconomia, com um Curso de aperfeiçoamento em Paleografia e a disciplina de Arquivologia e Arquivo-economia no segundo ano.

A Universidade de Coimbra fica com o exclusivo da formação nesta área durante quase meio século (até 1982), mantendo-se praticamente inalterado o modelo formativo. Fixam-se, assim, e de uma forma geral, os requisitos que ao longo do séc. XX foram exigidos para o exercício profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos no âmbito da administração pública portuguesa.

Refira-se, contudo, uma excepção com o caso do “Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas”, um curso criado em 1969, na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e que podia funcionar em bibliotecas ou arquivos a designar pelo Ministério da Educação Nacional, conferindo habilitação própria para as funções de bibliotecário e arquivista. A razão invocada para a sua criação prende-se com a falta de técnicos qualificados e a necessidade de promover e acelerar a sua formação através de um curso com a duração de quinze meses e que tinha como pré-requisito a posse de um curso superior, retomando, por questões pragmáticas, o modelo de “formação em serviço” com um exame final e a obtenção de diploma de “bibliotecário-arquivista e documentalista”. Na prática, e paradoxalmente, trata-se de um retrocesso ao modelo vigente no séc. XIX que vem acentuar a crescente importância dos aspectos técnicos e da experiência, numa tentativa de aproximação a modelos de formação então emergentes a nível internacional.

Apesar da sua curta existência, este curso não nos permite ignorar a importância que os anos sessenta do séc. XX tiveram para a área, quer a nível internacional, quer a nível nacional. Em Portugal, ele insere-se no âmbito das movimentações de reacção a um período que a bibliografia publicada caracteriza como que de franca estagnação, apesar de estudos recentes apontarem para o carácter inovador de propostas e iniciativas compreendidas por António Ferrão, que sucede a Júlio Dantas na Inspeção Geral, mas que nunca chegam a ser concretizadas (15) e que não podem ser dissociadas do enquadramento político, económico, social e cultural que, a nível nacional, caracterizou o “Estado Novo”. Não é, também, por acaso que na designação do referido curso surge a menção aos Documentalistas numa década indissociável da emergência e afirmação crescente da *Information Science*, evidenciando uma nítida aproximação ao modelo americano e coincidindo com o início da movimentação crescente dos profissionais portugueses, sendo de referenciar a constituição do chamado grupo dos “Cadernos” ligados à ideia da criação de uma revista da especialidade em 1963, surgindo, em 1965, os “Encontros Nacionais de Bibliotecários-Arquivistas” que mais tarde incluem também na sua designação “e Documentalistas”, conseguindo levar a cabo 8 edições do evento até ao ano de 1983.

Apesar de Portugal ter sido um dos primeiros países europeus a ter um Curso Superior, a referência que fizemos ao grupo dos Cadernos, que estará na génese da criação da associação profissional, evidencia o quanto a influência dos movimentos associativos no modelo formativo, por nós referida a nível internacional, é bem mais tardia no nosso país, começando efectivamente a esboçar-se esse movimento na década de 60 do séc. XX e ocorrendo a sua constituição e institucionalização na década de 70 com a BAD (fundada em 1973 como “Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas”, passando, posteriormente, a “Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas e Documentalistas”).

Em síntese, estamos perante uma matriz de formação - corporizada no curso da universidade de Coimbra - que se consolida ao longo de quase um século e que, direccionando-se a um exercício profissional no âmbito das bibliotecas e arquivos sob tutela do Estado, mantém uma forte aproximação à História, ao património e à erudição, sobretudo quando pensamos numa Arquivística considerada ainda, e apesar de todo o esforço de autonomização, como uma disciplina auxiliar da História, enquanto que a Biblioteconomia adquire uma feição mais erudita (atente-se à designação “bibliotecas eruditas”), para além da afirmação indiscutível de um pendor profissionalizante e tecnicista. Ressalte-se, todavia, o carácter unitário que caracteriza este modelo de formação, não seguindo, apesar de tudo, a tendência de separação que, a este nível, referimos a nível internacional.

2.2 A mudança de paradigma

As alterações a este modelo de formação ocorrem a partir dos anos 80 do séc. XX, no contexto de uma emergente Sociedade da Informação e procurando fazer face à crescente influência da *Information Science*, bem como à necessidade de utilização dos sistemas de informação a nível mundial e de introdução da componente tecnológica.

Portugal não deixa de evidenciar sinais do impacto interno de programas internacionais desencadeados na década de 70, nomeadamente o UNISIST, o NATIS, o PGI e o Memory of the World (16), e que visavam despertar a atenção para a importância dos serviços de informação, da constituição de redes de cooperação sustentadas nas então recentes inovações tecnológicas, da planificação dos sistemas nacionais globais de informação, da potenciação do acesso à informação, da preservação do património documental universal e da promoção da Documentação, Arquivos e Bibliotecas, pressupondo e implicando na sua formulação uma actuação concertada de entidades como a UNESCO e organizações de âmbito profissional como a IFLA e o CIA, bem como o envolvimento das entidades governamentais nacionais, dos próprios serviços de informação e suas tutelas, bem como dos profissionais e respectivas associações.

Apesar das debilidades estruturais que não deixaram de se reflectir nesta área e da fase algo conturbada que se vivia, decorrente do processo de consolidação da jovem democracia portuguesa, este contexto contribuirá decididamente para a efectivação de uma tentativa de consecução das aspirações, no âmbito da formação, do movimento de profissionais iniciado na década de 60, reforçado agora com a presença de uma associação - a BAD -, e que sentia os efeitos da desadequação do modelo formativo face às necessidades do mercado de trabalho e à efectivação de medidas algumas delas já consagradas na legislação mas sem hipótese de concretização por falta de profissionais e de formação adequada, reconhecida que era a necessidade de criação e dinamização de infra-estruturas na área dos serviços de documentação, de biblioteca e de arquivo e a necessidade de utilização dos sistemas de informação existentes a nível mundial (curiosamente, e a título de exemplo, refira-se a criação, em 1978, do Centro de Informação e Documentação Administrativa do Ministério da Reforma Administrativa, ocorrendo a ampliação do seu quadro de pessoal precisamente em 1982 e já sob a designação de Centro de Informação Científica e Técnica).

Coincidindo com uma espécie de “ensaio” de uma nova formatação testada num curso realizado entre 1981 e 1983 na Universidade do Açores, e que contou com a participação de docentes de Universidades do Reino Unido, podemos afirmar que o novo modelo formativo, que ainda hoje mantém uma presença significativa, nasce com a publicação do Decreto nº 87/82, de 13 de Junho de 1982, que cria o “Curso de Especialização em Ciências Documentais” (CECD) e extingue o Curso de Bibliotecário-Arquivista, sendo referido no diploma que as *necessidades de formação no domínio das ciências documentais só serão satisfeitas através de cursos a diferentes níveis, em vários graus de ensino*, mas imputando à Universidade a responsabilidade de formação a este nível. O primeiro Curso de Especialização em Ciências Documentais é criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo referido Decreto, seguindo-se o da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1983) e o da Faculdade de Letras da Universidade Porto (1985).

De uma forma geral, o curso, com a duração de 4 semestres, “visa a formação de profissionais qualificados no domínio das ciências documentais, com vista a conceber, planificar, gerir, explorar e manter serviços de documentação e informação, de biblioteca e arquivo”, sendo admitidos como candidatos ao curso os detentores de licenciatura em qualquer área do saber, com o domínio de uma língua (inglês, francês ou alemão), no caso de Coimbra, de uma língua e Latim (para a opção arquivo) e de duas línguas (para a opção Documentação e

Biblioteca), no caso de Lisboa e exigindo, no caso do Porto, o conhecimento de pelo menos uma língua estrangeira, bem como a frequência prévia das disciplinas de Paleografia e Latim para os alunos da opção de Arquivo que não fossem titulares das mesmas. Existia, também, a fixação de um *numerus clausus* de inscrições.

A mudança estrutural que trazem estes cursos, em termos de modelo formativo, resulta do facto de que agora o curso se passa a desdobrar em duas opções - “Arquivo” e “Documentação e Biblioteca”- quebrando o carácter unitário que, desde o seu início, caracterizou a formação em Portugal.

Ocorre, ainda, uma alteração substancial do *curriculum* e, tomando como base o curso de Coimbra, constam do corpo de disciplinas publicadas na Portaria nº 448/83, de 19 de Abril, e, para além da frequência de três disciplinas de opção, as seguintes:

1º e 2º semestres (comum às duas opções) - Instituições e Documentos, Sociologia da Informação, Catalogação I e II, Indexação por Assuntos I e II, Informática Documental I e II, Organização, Planeamento e Administração I e II, Tecnologia Documental, Bibliografia, Metodologia da Investigação em Bibliotecas e Arquivos;

3º e 4º semestres (opção de Arquivo) - Diplomática, Organização, Planeamento e Administração III e IV, Paleografia I e II, Arquivologia I e II, Instituições Portuguesas, Informática para Arquivos e Codicologia;

3º e 4º semestres (opção de Biblioteca) – Fontes de Informação II, Alfabetação, Catalogação III e IV, Indexação por Assuntos III e IV, Informática Documental III e IV, Organização, Planeamento e Administração III e IV, História do Livro, Conservação e Restauro.

O Curso de Lisboa (Portaria nº 449/83, de 19 de Abril) possuía o mesmo corpo de disciplinas e incluía, ainda, para a opção Arquivo as disciplinas de Gestão de Dossiers e Catalogação, e para a opção de Biblioteca a disciplina de Estudo do Utilizador da Informação, não possuindo a de Alfabetação. Mas tardio, o Curso do Porto (Portaria nº 852/85, de 9 de Novembro) segue de perto Coimbra, embora inclua já a disciplina de Legislação e Noções de Direito para Arquivo (que viria a existir também em Coimbra), enquanto que a disciplina de Conservação e Restauro funciona para as duas opções.

O curso é apresentado com o estatuto de “pós-graduação”, passando a constituir condição indispensável para o provimento dos lugares de técnicos superiores de Arquivo ou de Biblioteca e Documentação nos quadros da administração pública portuguesa (havia também a possibilidade de ingresso com “outros cursos de especialização pós-licenciatura na área das Ciências Documentais de duração não inferior a dois anos, ministrados em instituições nacionais de ensino universitário”).

Considerando que o Estado é o principal empregador, só em 1991 ocorrerá a transposição deste modelo de formação para as carreiras da administração pública através do Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de Julho, que estabelece o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo, revogando o Decreto-Lei nº. 280/79, de 10 de Agosto, e consagrando a existência não de uma mas de duas áreas funcionais com as carreiras de: Técnico superior de biblioteca e documentação e Técnico-adjunto de biblioteca e documentação; Técnico superior de arquivo e Técnico-adjunto de arquivo. No seu preâmbulo é referido o seguinte:

“A evolução mais recente do sector das ciências da informação provocou alterações sensíveis do nível do desempenho das correspondentes funções e dos requisitos e exigências necessários ao seu exercício. A crescente procura de informação que contribua para o planeamento, gestão e decisão por parte dos serviços, que sirvam de suporte à concretização de políticas nacionais de arquivos e de bibliotecas que apoiem o ensino e a investigação, veio evidenciar o papel cada vez mais interveniente e exigente dos profissionais deste sector de actividade. Simultaneamente, a crescente utilização das novas tecnologias de informação, proporcionando novas possibilidades de manipulação (micro-informática), de transmissão (redes de tele-informática e fornecimento electrónico de documentos), de criação (edição electrónica) e de armazenamento (base de dados), tem contribuído também para a evolução das funções em causa, alterando o seu conteúdo, modificando os procedimentos de trabalho e potencializando a qualidade dos produtos oferecidos. Neste contexto, importa adaptar à realidade presente o ordenamento das carreiras de biblioteca, arquivo e documentação (BAD)

estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 280/79, de 10 de Agosto, distinguindo, em lugar de uma, duas áreas funcionais: a de biblioteca e documentação e a de arquivo”(17).

No que concerne aos níveis funcionais, os três existentes foram reduzidos para dois: um primeiro nível, “compreendendo funções técnicas com grau de responsabilidade e de autonomia correspondente ao grupo de pessoal técnico superior, para desempenho de cujas tarefas são necessários conhecimentos ao nível de curso de pós-graduação em Ciências de Informação, para além de um curso ao nível de licenciatura, ...” e um segundo nível, “correspondente às funções de apoio técnico, que se caracterizam por serem funções de natureza executiva de aplicação técnica, com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos previamente definidos, cujo exercício faz apelo a conhecimentos especializados ao nível do curso técnico-profissional do sistema de ensino oficial, justificando a integração da respectiva carreira no nível 4 das denominadas «carreiras técnico-profissionais»”(18). Como se vê neste diploma, a lei já previa a necessidade de institucionalizar a formação em diferentes níveis e graus de ensino e não só ao nível da pós-graduação com a “Especialização em Ciências Documentais” pelo que será também de equacionar o que aconteceu ao nível da formação técnico-profissional.

Ressalte-se, ainda, a utilização simultânea das designações “Ciências da Informação” e “Ciências Documentais” evidência da fase de crise e de necessidade de mudança que então se vivia e à qual este novo modelo de “pós-graduação” acabou por nada trazer, mantendo-se, efectivamente, como uma formação “inicial” uma vez que não tinha na base uma graduação na mesma área de saber pois a primeira licenciatura só surgirá em 2001. Sob a designação aparentemente agregadora de Ciências Documentais, procurou-se, através deste modelo, a consagração da pretendida autonomização disciplinar das áreas da Documentação e Biblioteconomia e também da Arquivística que redundou, de facto, na consagração, no modelo formativo, da separação entre “bibliotecários e documentalistas” e “arquivistas”, reproduzindo a separação existente na actividade profissional e que quase 10 anos depois fica consagrada nas carreiras da administração pública. Como se vê no elenco de disciplinas, e apesar das referências explícitas à Informática, à Gestão e à Sociologia (da Informação), mantém-se, contudo, a continuidade do paradigma historicista, custodial e tecnicista, curiosamente no início de uma década que assistirá à intensificação da reflexão teórica, sintomática da crise que, de facto, se vivia, não constituindo o modelo dos CECD um efectivo contributo para a sua resolução.

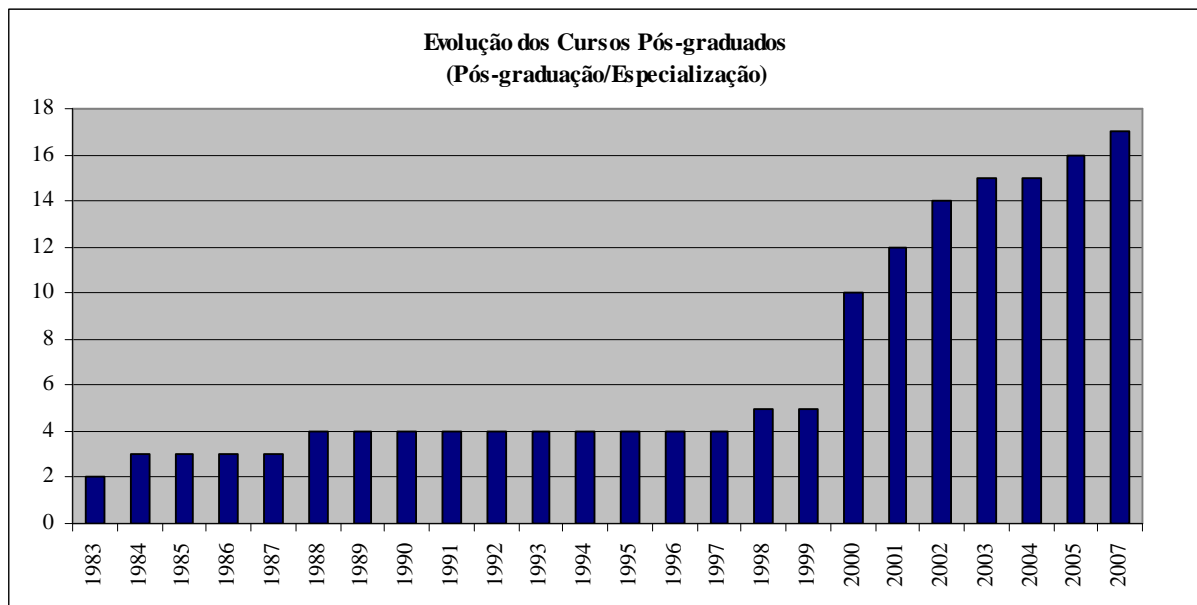


Figura 1. Análise evolutiva dos Cursos Pós-graduados - Pós-graduação / Especialização(19).

Na 2ª metade dos anos 90, a necessidade de uma efectiva mudança que correspondesse aos desafios colocados por um modelo de desenvolvimento social e económico, identificado na noção operatória de Sociedade da Informação, no qual a componente da informação e do conhecimento desempenhava um papel nuclear, está patente na intensificação da insatisfação dos profissionais que desde 1985 contestavam e procuram alternativas para um recente mas desajustado modelo formativo, sucedendo-se os debates promovidos pela BAD e Universidades como as de Coimbra, do Porto e Autónoma de Lisboa.

Não obstante, e como que ignorando este momento de viragem, multiplicam-se os cursos que seguem este modelo conforme ilustra o gráfico da fig. 1. Aos três cursos existentes em 1985, acresce, em 1988, o curso da Universidade Autónoma de Lisboa – o primeiro em universidades privadas -, situação que se mantém estável até 1997, surgindo em 1998 mais um curso numa universidade privada e ocorrendo a partir de 2000 um crescimento notável que actualmente se cifra em cerca de 17 cursos. Se bem que para algumas entidades formadoras este tipo de formação ainda tenha enquadramento e apesar de uma presença ainda muito significativa, estes cursos não são de forma alguma, e como vimos, a solução, não constituindo, no entanto, o único formato de formação na actualidade portuguesa.

O processo de mudança que se almejava em finais da década de 90 teria que ultrapassar de uma vez por todas um quadro de formação em que pontuavam, para além da natureza técnica das pós-graduações que anteriormente caracterizámos, a inexistência de um corpo docente próprio, vivendo, na maioria dos casos do contributo pontual ou de carácter mais continuado de profissionais dos arquivos e das bibliotecas, bem como a falta de desenvolvimento científico fruto de uma também quase inexistente investigação. Apesar de residente na Universidade, estas não apostavam efectivamente na constituição de um corpo académico próprio e no desenvolvimento de uma linha de formação que conduzisse ao doutoramento e, desta forma, accionasse as indissociáveis linhas de investigação. Por outro lado, interesses economicistas tentavam acompanhar um mercado de trabalho que ganha alguma vitalidade no final da década de 90, conduzindo à proliferação de cursos e, inclusive, à sua manutenção na actualidade. Fernanda Ribeiro refere que se poderia “estimar que o número global de alunos admitidos anualmente tenha crescido de um pouco mais de meia centena em 1983 para cerca de 600 em 2005, tendo-se registado um crescimento particularmente acentuado a partir do ano 2000”(20).

2.3 *Um novo modelo formativo: o caso da licenciatura em CI. da Universidade do Porto*

No nº 8 da Tabula, do ano de 2005, foram publicados uma série de artigos, de autores portugueses, relacionados com o panorama da arquivística em Portugal, e a propósito da formação é referido por Miguel Infante o seguinte:

“En la última década ha destacado la llamada “escuela archivística de Oporto”, con una apuesta por la formación integrada, dirigida a las ciencias de la documentación. Y con un enfoque, en su etapa de plenitud, orientado hacia la formación de profesionales preparados para las exigencias del futuro en una perspectiva de información documental, y al mismo tiempo, apostando por la creación de una línea de formación propia que abarque todos los niveles de formación, y consecuentemente, con el abandono de un voluntarismo típico de los años 80, hoy muy poco productivo. Y asumido por esta “escuela” donde destacan las universidades de Oporto e Braga, que el futuro de la Archivistita en Portugal, pasa por la existencia de profesionales debidamente preparados y, al mismo tiempo, un cuerpo docente propio que se encargue tanto de la docencia como de la investigación. La realidad del profesor/profesional no es una solución de futuro so pena de subalternización de la formación archivística y, a medio plazo, del fin de una carrera hoy reconocida como específica por el propio Estado”(21).

Pela nossa participação directa no trabalho desenvolvido na referida “escola”, diríamos que não se trata de facto de uma “escuela archivística”, apostando, como aliás o autor também refere, na formação integrada e numa perspectiva científica unitária mas que não se dirige às “ciências de la documentación”, como já oportunamente expusemos e detalharemos em seguida, sendo a designação do próprio curso - Licenciatura em Ciência da Informação - bem clara quanto ao enfoque dado. Contudo, o autor salienta este caso porque ele efectivamente constitui um ponto de viragem no panorama nacional.

A experiência com o CECD iniciado em 1985 tinha demonstrado a existência de lacunas, inconsistências teóricas e desajustamentos notórios e a mudança que se desejava teria que passar por uma crucial e profunda

reflexão sobre a fundamentação epistemológica da área científica que sustentaria o novo modelo formativo, e que nunca havia acontecido anteriormente, vindo a alicerçar esta que foi a primeira Licenciatura em Ciência da Informação (LCI) da universidade portuguesa(22), estando a síntese teórica deste trabalho plasmada na publicação intitulada *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*.

Assumida uma nova perspectiva epistemológica, sustentada no paradigma pós-custodial e científico-informacional, foi a mesma transposta para um modelo de formação científico-profissional que incluía a área científica nuclear e unitária da Ciência da Informação congregando à sua volta disciplinas que, por um lado, asseguram uma componente teórica e metodológica uma e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber (Biblioteconomia, Arquivística, Sistemas Tecnológicos de Informação), com as suas especificidades particulares e preservando, simultaneamente, os contributos pluri e interdisciplinares indispensáveis a um perfil do profissional da informação adequado ao século XXI.

A Licenciatura em Ciência da Informação entra em funcionamento no ano lectivo de 2001-2002 configurando um modelo integrador e inovador dado que congrega como responsáveis pelo curso duas faculdades: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. A ligação à Faculdade de Engenharia decorre da experiência que também esta Faculdade havia desenvolvido com o Mestrado em Gestão da Informação (MGI), iniciado em 1997/1998 e que contava com a colaboração de docentes do Departamento de Library and Information Studies da Universidade de Sheffield (UK).

O curso com a duração de 4 anos, incluía um estágio curricular de 6 meses e iniciou-se com um *numerus clausus* de 30 alunos integrando para além de docentes das mencionadas faculdades, docentes de outras escolas da Universidade do Porto nomeadamente: Faculdade de Economia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Escola de Gestão do Porto e, mais tarde, Faculdade de Direito.

No que concerne à estrutura curricular, e como referiu Fernanda Ribeiro, docente do antigo CECD e ainda hoje Directora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação:

“o design curricular ... visa, antes de mais, anular as separações artificiais que se verificam na formação em vigor em Portugal, através de ‘opções’ de Arquivo e de Biblioteca e Documentação, em que, por exemplo, operações de representação da informação (como a descrição ou a classificação) são espartilhadas por disciplinas distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas. Sem uma base epistemológica e teórica consistente, a afirmação de uma pseudo-identidade destas várias disciplinas é um logro que conduzirá, forçosamente, os profissionais para um caminho sem retorno. O tecnicismo apurado dificilmente sobreviverá sem o suporte de um conhecimento adequado do fenómeno informacional que socialmente nos envolve. Em alternativa aos cursos especializados em Arquivística ou *Information Science*, nos últimos anos, algumas escolas que enveredaram por uma formação mais integrada/harmonizada fizeram-no com o propósito de formar uma “nova” categoria de profissionais — os chamados gestores de informação. A verdade, porém, é que tal modelo também não conseguiu superar o paradigma tecnicista e documental que enfatiza a função serviço e todos os procedimentos inerentes ao acesso à informação, em detrimento de um conhecimento científico da própria informação. A perspectiva unitária que defendemos procura também fazer a síntese com a área dos chamados Sistemas (Tecnológicos) de Informação (SI), que vem ensaiando uma progressiva autonomização face à Informática e Computação tradicionais, tendo como campo de trabalho e profissionalização as Organizações em geral. Debruçando-se sobre o mesmo objecto de estudo — a Informação — que os arquivistas e os bibliotecários, os peritos em SI adquirem a sua formação em escolas de Engenharia ou de Gestão, num divórcio total face aos seus “irmãos” ditos da Documentação e geralmente treinados em cursos de pendor humanístico. O afastamento decorrente do percurso trilhado por uns e outros no passado traduz-se, hoje, num défice de formação de cada uma das partes: os especialistas em SI, com preocupações essencialmente pragmáticas e imbuídos de um forte empirismo, centram-se quase exclusivamente nos fluxos da informação e no design de bases de dados e de outros sistemas de armazenamento e recuperação da informação, adequados à realidade das Organizações, aspectos que apenas contemplam uma parcela do fenómeno/processo informacional; os especialistas da Documentação (sejam eles arquivistas, bibliotecários ou gestores de informação) debruçam-se sobre os aspectos técnicos da organização e representação da informação (vulgo Tratamento Documental) e os consequentes procedimentos propiciadores da difusão e do acesso à mesma, mas sentem uma grave lacuna na sua formação, no que respeita ao conhecimento, uso e domínio das tecnologias que são cada vez mais indissociáveis da própria Informação”(23).

O plano de estudos da LCI reflecte, pois, este esforço de revisão curricular integrando as seguintes áreas científicas(24):

- Áreas científicas nucleares: Sistemas de Informação (SIST); Organização e Processamento de Informação (OPI) e Serviços de Informação (SERV);
- Áreas científicas complementares: Ciências da Administração e da Gestão (CAG); Ciências Sociais e Humanas (CSH) e Informática (I).

1º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Informática Básica	I	3	6	Sistemas Computacionais e de comunicação	I	3	6
Lógica	CSH	2,5	5	Técnicas de Expressão e Comunicação	CSH	3	6
História da Cultura I	CSH	4	8	História da Cultura II	CSH	4	8
Metodologia da Investigação	CSH	2,5	5	Linguística	CSH	2,5	5
Fundamentos de Gestão	CAG	3	6	Sociologia das Organizações	CSH	2,5	5

2º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Teoria e Metodologia da Ciência da Informação	SIST	4	8	Organização e Representação da Informação I	OPI	3	6
Gestão da Informação	SERV	3	6	Comportamento Informacional	SERV	2,5	5
Sistemas de Arquivo e de Biblioteca	SIST	2,5	5	Paleografia	CSH	3	6
História da Administração Pública I	CSH	2,5	5	História da Administração Pública II	CSH	2,5	5
Informação para a Internet	I	3	6	Direito Administrativo	CAG	4	8

3º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Armazenamento e Recuperação da Informação I	OPI	3	6	Armazenamento e Recuperação da Informação II	OPI	3	6
Análise de Sistemas de Informação I	SIST	3	6	Análise de Sistemas de Informação II	SIST	3	6
Organização e Representação da Informação II	OPI	3	6	Gestão de Serviços de Informação	SERV	3	6
Fontes de Informação e Serviços de Referência	SERV	3	6	Sistemas de Apoio à Decisão	CAG	3	6
Opção		3	6	Opção		3	6

4º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Direito da Informação	CAG	4	8	Estágio		14	28
Sociedade da Informação	CSH	2,5	5	Seminário		1	2
Arquivos e Bibliotecas Digitais	SERV	3	6				
Ação Cultural e Educativa	CSH	2,5	5				
Opção		3	6				

Neste plano de estudos é possível perceber que “as matérias relativas à teoria e metodologias de investigação, à análise de sistemas, aos aspectos (técnicos) mais diversos de organização e representação da informação, ao armazenamento e recuperação, ao comportamento informacional, à própria sociedade da informação surgem, naturalmente, concentradas em disciplinas nucleares e obrigatórias. A par delas, mas ainda dentro da mesma área científica, existem disciplinas que atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes aplicadas da própria Ciência da Informação. Este “núcleo duro” do curriculum está, evidentemente, aberto à interdisciplinaridade, incluindo disciplinas de outras áreas do saber, com carácter de obrigatoriedade umas, de opção outras, mas sempre complementando as matérias da área científica nuclear.

Enunciemos alguns exemplos das componentes curriculares que integram o plano de estudos ..., ilustrando o seu amplo carácter interdisciplinar:

- do campo vasto das Ciências Sociais e Humanas é incluído o imprescindível conhecimento histórico das instituições (nas disciplinas de História da Administração Pública) e das práticas culturais (História da Cultura e História do Livro); o apoio instrumental da Paleografia; o contributo da Filosofia em matérias como a Lógica; o uso instrumental de línguas estrangeiras (designadamente o Inglês Técnico); a vertente sociológica relacionada com as Organizações (Sociologia das Organizações).
- da área da Informática e da Computação, é essencial o estudo das redes e dos sistemas computacionais, bem como a estruturação de bases de dados, que se concretizam, por exemplo, nas disciplinas de Sistemas Computacionais e de Comunicação, Bases de Dados e Tecnologia Multimédia;
- a relação com as ciências da Gestão e da Administração, englobando um espectro largo que inclui o Direito, manifesta-se pela presença de disciplinas como Fundamentos de Gestão, Sistemas de Apoio à Decisão, Direito Administrativo e Direito da Informação;
- a Física e a Química e outras ciências naturais e sua aplicação ao tratamento dos suportes de informação são também elementos importantes no design curricular, nomeadamente no que respeita à disciplina de Preservação e Conservação;
- um outro contributo fundamental provém das ciências da Comunicação e das ciências cognitivas, em disciplinas como, por exemplo, Psicologia Cognitiva, Motivação e Aprendizagem”(25).

Um novo modelo de formação que terá repercussões no exercício profissional como se começou a constatar logo no ano lectivo de 2004-2005 durante o qual se realizaram os primeiros estágios curriculares.

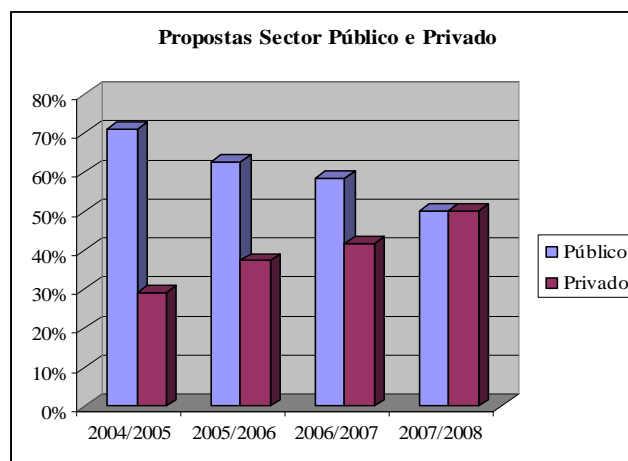


Figura 2. Análise evolutiva das propostas de estágio recebidas de entidades públicas e privadas.

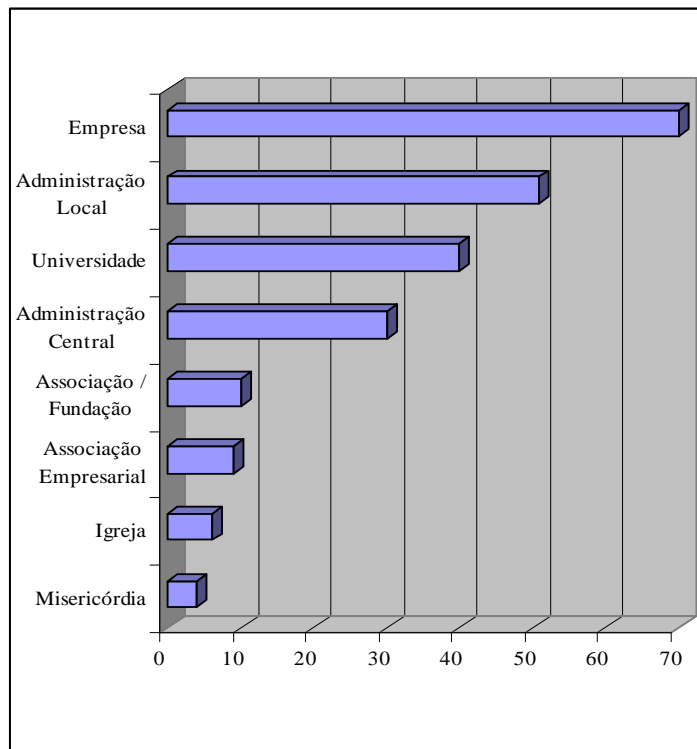
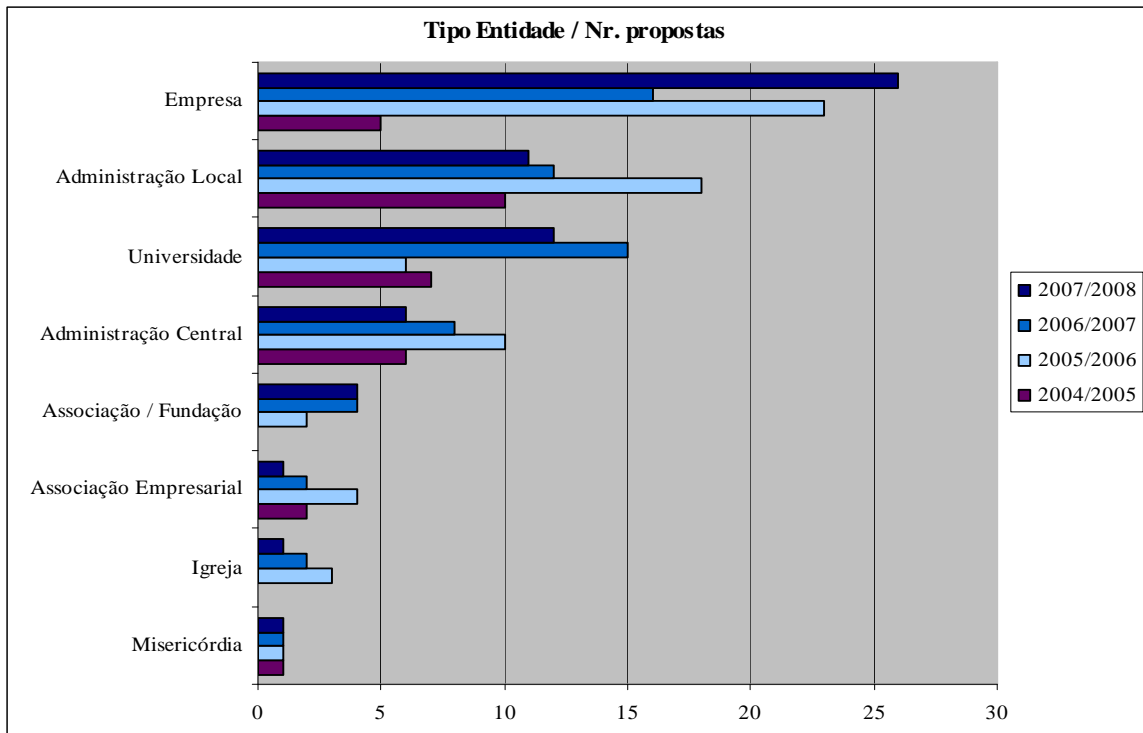


Figura 3. Análise evolutiva das propostas de estágio recebidas por tipo de entidade (totais parciais e globais): 2004-2008

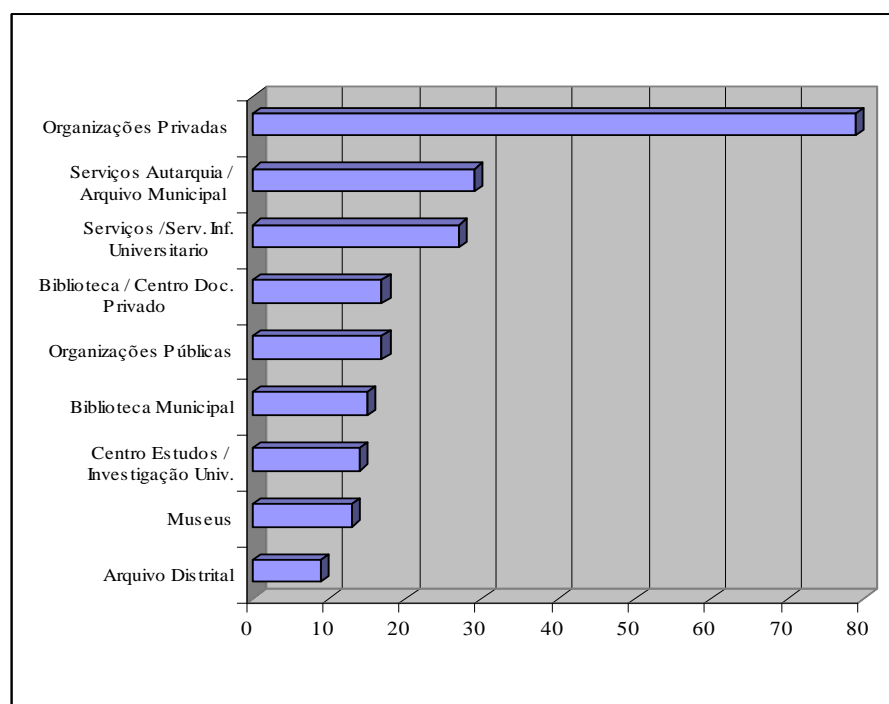
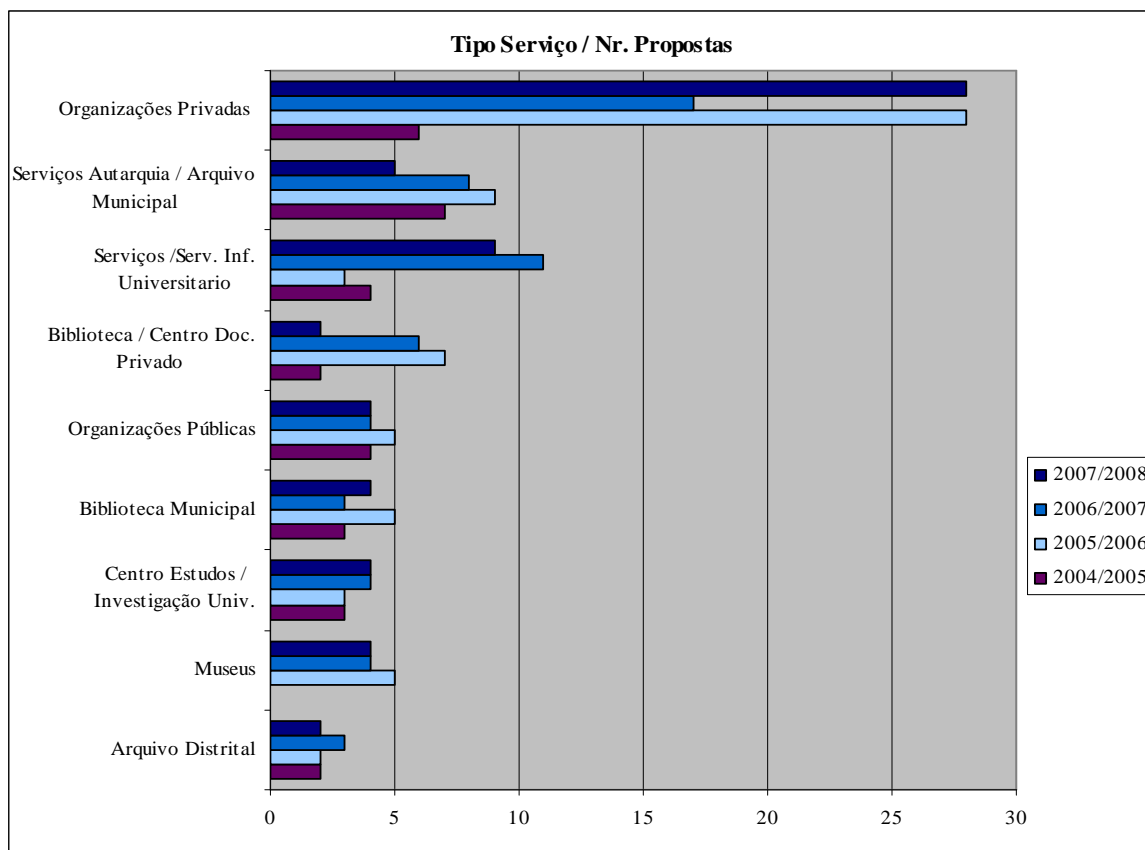


Figura 4. Análise evolutiva das propostas de estágio recebidas por tipo de serviço (totais parciais e globais): 2004-2008

Como se poderá constatar na análise dos gráficos que patenteiam a evolução das propostas de estágio recebidas nos últimos quatro anos, também nesta vertente se accionou uma mudança inovadora na relação com o mercado de trabalho, sendo evidente uma oferta de estágios que normalmente ultrapassa em mais de 150% o número de candidatos, bem como o crescimento progressivo do sector privado face ao decréscimo de um sector público que dominava no paradigma anterior.

Na actualidade, as empresas lideram os pedidos de estágios, e nelas tanto se incluem grandes grupos económicos, como empresas ligadas ao desenvolvimento e comercialização de software, à consultoria ou ainda pequenas e médias empresas de diversas áreas de negócio (desde imobiliárias a produtores de conteúdos audiovisuais). Segue-se a Administração Local na qual os serviços acolhedores são desde logo os serviços autárquicos, para além dos tradicionais arquivos e bibliotecas municipais, apresentando-se cada vez mais frequentemente os arquivos municipais com projectos de gestão integrada do sistema de informação da autarquia a que pertencem. O mesmo acontece com as Universidades cujos projectos envolvem os seus serviços administrativos/departamentais, centros de estudos/investigação, para além dos próprios serviços de biblioteca e documentação e de arquivo. Saliente-se o peso cada vez menor da Administração Central do Estado e a significativa presença dos Museus envolvendo quer entidades públicas quer privadas.

Os temas de estágio propostos direccionam-se a um perfil profissional habilitado para tarefas como: realizar o estudo orgânico-funcional da organização; auditorias de informação com vista à racionalização e/ou automatização de procedimentos; mapeamento e modelação de processos organizacionais (com utilização, por ex., de ferramentas como a UML -Unified Modelling Language); levantamento de requisitos e desenvolvimento de modelos de dados para a automatização de processos; criação de modelos normalizados quer de recolha, quer de partilha de informação na organização; criação de instrumentos de recuperação da informação; criação de bibliotecas/arquivos digitais; concepção e desenvolvimento de sites e portais; avaliação de soluções informáticas direccionadas à “gestão da informação”; criação de especificações de meta-informação com vista à preservação a longo prazo da informação criada/armazenada em ambiente electrónico, em ambientes híbridos ou em suporte analógico; aplicação dos instrumentos normativos direccionados à produção, circulação, armazenamento, descrição e recuperação de informação; apoiar a implementação de ferramentas de auto-avaliação das organizações (como a CAF no âmbito da Administração Pública); apoiar a criação do Manual de Qualidade e Manual de Procedimentos da Organização no âmbito da implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade; participar na implementação de serviços de informação; criar ferramentas de apoio à tomada de decisão, entre muitas outras actividades.

Não se pense, contudo que esta tendência se verifica de uma forma generalizada em Portugal. Vejamos, a título de exemplo, os resultados obtidos a partir da análise da Bolsa de Emprego da BAD em 2006 e que gentilmente nos foram disponibilizados pela sua Direcção (cf. fig. 5). Não poderemos deixar de referir que esta é uma fonte tendencialmente mais direccionada às carreiras tradicionais e um simples exemplo ilustrativo da realidade nacional(26).

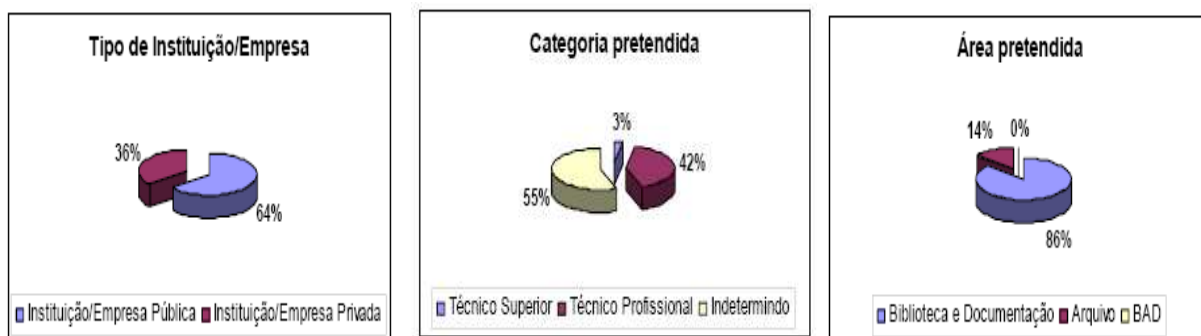


Figura 5. BAD: Análise evolutiva das propostas recebidas na Bolsa de Emprego da BAD no ano de 2006.

Assim, é-nos possível constatar, no que concerne à oferta de estágios “na carreira BAD”, uma realidade bem diferente da que acabamos de expor, mantendo-se a Administração Pública como o principal empregador. Acresce que na análise comparativa dos anos de 2005 e 2006 é mencionado no relatório o crescimento de ofertas, bem como a liderança das mesmas por parte das empresas/instituições públicas nos dois anos, constatando, todavia, um aumento de ofertas por parte das empresas/instituições privadas e constituindo a área de biblioteca e documentação a mais procurada. No que concerne à relação oferta/procura, e tomando com referência o ano de 2006, foram recebidas na Bolsa 36 propostas de entidades para 56 interessados e no mesmo ano, na LCI, foram recebidas 60 propostas para 23 candidatas.

Apesar de ainda hoje se aguardar pelo reconhecimento legal do curso de LCI (tal como das licenciaturas congéneres entretanto iniciadas) como habilitação possível para o provimento nas carreiras da administração pública, ao abrigo do Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de Julho, o que podemos constatar é, no caso da LCI, a total inversão da relação com o mercado de trabalho, em que, mesmo ao nível do estágio curricular para o qual não existe qualquer constrangimento desse tipo, as entidades privadas, e concretamente as empresas, lideram neste momento a apresentação de propostas, situação que se reflecte ao nível da empregabilidade e de uma tendência para a continuidade após a realização do estágio, apesar de na própria administração pública já ter ocorrido um processo de reclassificação no âmbito das carreiras da administração local da qual decorreu, por exemplo, o aparecimento da nova carreira de “Técnico superior de gestão da informação” pelo Despacho nº. 22511/2004, de 4 de Novembro(27).

Como não poderia deixar de ser, este novo modelo de formação inclui não só a formação de base que acabamos de analisar, ao nível da licenciatura, mas também foi pensada a sua continuidade e aprofundamento com a respectiva articulação quer com o curso de Mestrado, iniciado já em 1997/1998 e da responsabilidade da FEUP (inicialmente com a designação de Mestrado em Gestão da Informação passa a Mestrado em Ciência da Informação em 2007/2008), quer do curso de Doutoramento que já existia na FLUP desde 1989 (inicialmente criado com a designação de “Doutoramento em Ciências Documentais”, muda, em 2006, para “Doutoramento em Ciência da Informação”).

Este constitui, de facto, um modelo inovador que paulatinamente tem vindo a inspirar outras escolas no sentido da criação de cursos de nível pré-graduado cujo número vai sofrer o impacto da subscrição da “Declaração de Bolonha” por Portugal e da sua consequente aplicação.

2.4 Antecedentes na pós-graduação não profissionalizante

Como acabamos de mencionar, a realidade da formação de nível superior não se confinou ao modelo dos CECD e aos cursos de Licenciatura que começavam a ser criados. Na verdade, os finais dos anos 80 e início dos anos 90 do séc. XX assistiram ao aparecimento de experiências pioneiras direccionadas à produção de conhecimento científico, isto é, ao nível de cursos de Mestrado e de cursos de Doutoramento.

No que concerne aos Mestrados, é incontornável a menção à experiência inovadora levada a cabo pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial no início dos anos 90. Tratou-se efectivamente de uma parceria com a Universidade de Sheffield do Reino Unido (por nós referida a propósito da experiência mais tardia do MGI) que conduz à criação do primeiro curso de nível de Mestrado – “Master of Science in Information Management” -, iniciando uma prática que veremos reproduzida, quer ao nível de mestrado, quer de doutoramento, por outras entidades do Ensino Superior (público e privado). Com esta parceria é garantida a leccionação em Portugal (no caso em Lisboa), embora o grau académico seja atribuído pela Universidade de Sheffield.

Seguir-se-ão outras iniciativas, já referimos a do MGI da FEUP com a parceria com Sheffield em 1997/1998, ou, ainda, a da Universidade de Évora em 2001/2002, com o Mestrado em Ciências Documentais (actual Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação) que envolvia uma parceria entre os Departamentos de História, Informática e Gestão de Empresas. Em 2005, Fernanda Ribeiro identificava a existência de 8 cursos. Actualmente perfazem um total de 13 cursos, reflectindo este número o impacto da adequação a Bolonha e a criação do 2º ciclo de estudos que analisaremos de seguida.

Até há bem pouco tempo, o Mestrado constituía uma das poucas possibilidades para o efectivo desenvolvimento da investigação científica, apesar de pelo Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, os detentores deste grau estarem

também habilitados ao provimento dos cargos superiores da administração Pública, o que, de facto, não se revelou uma prática muito usual.

Relativamente ao Doutoramento, o primeiro a ser criado com a designação de “Doutoramento em Ciências Documentais” é iniciado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1989 (quatro anos depois do início do CECD, mudando a sua designação para “Doutoramento em Ciência da Informação” em 2006), seguindo-se a criação do da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1996 (“Doutoramento em Ciências Documentais”), ocorrendo, posteriormente, a sua criação também em universidades privadas.

Existem actualmente cinco programas de doutoramento, embora não tenha ainda ocorrido a sua adequação ao “modelo de Bolonha”. Destes estão activos o da Universidade do Porto, o de Coimbra e o da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, precisamente um caso de convénio com a Universidade de Alcalá (Madrid-ES), que confere o grau, e intitulado Doutoramento em “Documentación e Información Retrospectiva en Humanidades” (anteriormente designado como “Doutoramento em “Documentación e Información”). Encontra-se suspenso o primeiro Doutoramento criado numa universidade privada - Universidade Portucalense Infante D. Henrique -, intitulado “Doutoramento em Biblioteconomia e Documentação: Documentação Científica”, também em parceria com uma universidade espanhola - Universidade de Granada (ES) -, que conferia o grau. No que concerne ao da Universidade Fernando Pessoa (privada), apesar de estar activo com a designação de “Doutoramento em Ciências da Informação”, a especialidade de Biblioteconomia e Arquivo nunca funcionou, sendo uma entre especialidades tão diversas como: Comunicação Audiovisual, Comunicação Gráfica, Estudos Multimidiáticos, Jornalismo, Marketing e Comunicação Estratégica, Relações Públicas e Comunicação Empresarial, Sistemas e Tecnologias da Informação, Museologia e Documentação, etc.

Refira-se, por último, o encerramento do Doutoramento do Instituto Politécnico de Viseu (Escola Superior de Educação) - “Doutoramento em Métodos de Investigação em Biblioteconomia” - criado em 2002 e realizado no âmbito de um Convénio com a Universidade de Salamanca (ES).

2.5 *A realidade do ensino técnico profissional*

No que concerne ao nível médio de formação, convirá referir o papel desenvolvido pela associação profissional BAD, a qual, desde 1973, foi promovendo a realização de cursos no sentido de prover à formação básica numa época em que não era requerida qualquer qualificação profissional, acompanhando, posteriormente, a necessidade de formação dos Técnicos Auxiliares BAD imposta pelo Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de Agosto, acção que desenvolve até aos anos 90 (1995).

Com o Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de Julho, que vem estabelecer o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo, a carreira de técnico auxiliar é substituída pela de técnico adjunto, elevando as habilitações necessárias para o acesso à mesma e que seriam obtidas pela frequência de um curso de 3 anos por indivíduos com o 9º ano de escolaridade, estando ainda previstas “formas transitórias” de acesso para detentores de 11º ano que frequentassem um “Curso de preparação” no qual participariam a BAD (entre 1993 e 1998) e as escolas profissionais reconhecidas para o efeito. A insuficiente capacidade de resposta em meios adequados de formação na área permitirá alargar aos serviços e organismos públicos a possibilidade de formar profissionais que integram as carreiras técnico-profissionais de Biblioteca e Documentação e de Arquivo (Decreto-Lei nº 276/95 de 25 de Outubro) sendo também aprovada pelo Despacho nº 5122/2002 (2ª série), de 7 de Março, a proposta de programa e os Cursos de Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação e de Técnicos Profissionais de Arquivo, a funcionar na BAD, uma situação que terminou no passado ano de 2007.

Entretanto, pelo Despacho Conjunto nº 273/2002, dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade e da Cultura, de 11 de Abril, é criado o Curso de Especialização Tecnológica de Documentação e Informação (CET), no contexto das formações pós-secundárias não superiores (curso de nível IV) e visando aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio da formação profissional de base, numa perspectiva de formação contínua. Para habilitar ao acesso à carreira de técnico-profissional de biblioteca e documentação, era requerida a anterior frequência e conclusão de um curso de nível III nesta área.

Como alteração mais recente refira-se a Portaria n.º 1305/2006, de 23 de Novembro, que cria o curso profissional de técnico de biblioteca, arquivo e documentação, enquadrado, segundo a portaria, na “família profissional de informação, documentação e património” e integrado na área de educação e formação de biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD), conforme classificação aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março, e conferindo a obtenção de diploma do nível secundário e certificado de qualificação profissional de nível III, extinguindo-se, os cursos profissionais de técnico de arquivo, técnico de biblioteca e documentação (criados pela Portaria 716/90, de 21 de Agosto), técnico de biblioteca e documentação (pós 11º ano, criado pela portaria 693/93, de 22 de Julho) e técnico de informação - BAD/biblioteca e serviços de documentação (criados pelas Portarias n.º 189/92 de 17 de Março e 202/92, de 19 de Março). Este curso envolve um ciclo de formação de três anos e as componentes de formação sócio-cultural, científica e técnica, evidenciando, a par do seu carácter técnico e profissionalizante, a manutenção do pendor documental, mas com um evidente acentuar da formação nas tecnologias da informação e comunicação, ensaiado no anterior curso técnico-profissional. De uma forma geral, e apesar da formação unitária que lhe está subjacente, este formato tem suscitado controvérsia, nomeadamente no que concerne à preparação dos docentes envolvidos neste modelo.

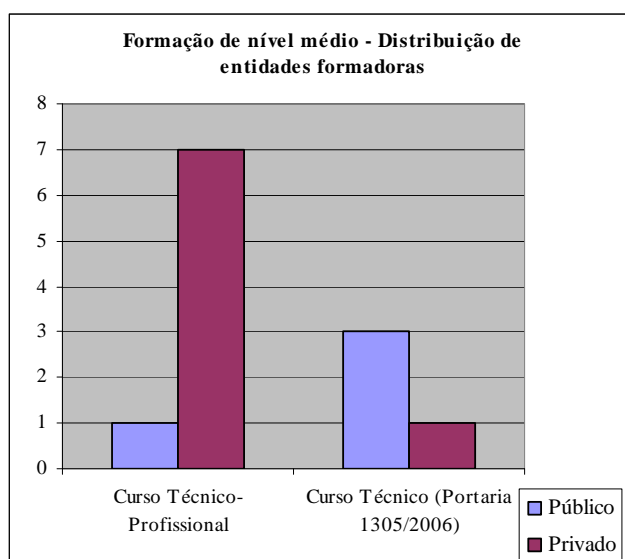


Figura 6. Distribuição dos cursos entre sector público e sector privado (2007)

Da pesquisa efectuada identificámos somente quatro cursos activos (dois em instituições públicas e dois em privadas), e o domínio do novo modelo de formação a funcionar preferencialmente em Escolas Secundárias, ao contrário do modelo anterior muito disseminado nas Escolas Profissionais. No gráfico da fig. 6 incluímos as entidades identificadas com este nível de ensino, sendo de ressaltar que das doze referenciadas, quatro (escolas profissionais) têm o curso desactivado (funcionavam com o modelo antigo) não sabendo se esta área terá continuidade, num outro caso o curso nunca funcionou, o que também acontece numa das escolas secundárias com o novo modelo, sendo referida a falta de procura e a dificuldade de colocação no mercado (maioritariamente direccionado às bibliotecas).

3 A actualidade em plena implementação de “Bolonha”

A nossa análise ficaria incompleta se não considerasse de forma particular o impacto de Bolonha. A fim de melhor enquadrar a complexidade do processo de mudança que vive o Ensino Superior em Portugal, convirá referir que este para além de abarcar instituições públicas e privadas, configura-se como um “sistema binário” constituído pelo ensino universitário e o ensino politécnico, cabendo a cada um finalidades distintas, logo, estruturas curriculares específicas.

Assim, enquanto o ensino universitário, se orienta para a promoção de investigação e de criação do saber, através de uma sólida preparação científica e cultural, proporcionando, também, uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e o fomento do desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica, o ensino politécnico, orienta-se por uma perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, direccionada para a compreensão e resolução de problemas concretos, proporcionando uma formação cultural e técnica de nível superior e desenvolvendo a capacidade de inovação e de análise crítica, bem como o ensino de conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

No caso da formação na área da Informação/Documentação ambas as realidades se envolveram no processo de formação de nível superior, como vimos no caso do curso de Doutoramento com o Instituto Politécnico de Viseu, ou no caso de Licenciaturas como a do Instituto Politécnico do Porto, através da sua Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão que, também em 2001-2002, inicia a Licenciatura Biotápica em “Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação” (bacharelato e licenciatura), acompanhando o início, no ensino universitário, da já referida LCI ministrada pela FLUP/FEUP.

Como mencionámos aquando da análise da LCI, a pluralidade de saberes envolvidos no seu modelo formativo, epistemologicamente sustentado na CI, e até o facto de envolver várias faculdades e interligar com Mestrado e Doutoramento, prenunciava, de certa forma, o movimento que, a nível europeu, será reforçado com o processo de implementação da Declaração de Bolonha, no sentido da mudança de paradigma dos modelos formativos e da necessária ligação com a evolução do conhecimento e dos interesses individuais e colectivos. Definindo um conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de ensino superior europeus no sentido da construção, até ao final da presente década, de um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado, a sua implementação vem consagrar, de uma forma quase generalizada, a ideia de uma formação que, no ensino superior, se iniciaria logo no 1º ciclo, com a licenciatura, permitindo a sua prossecução nos 2º e 3º ciclos, ao nível do mestrado e do doutoramento.

Em Portugal, a adopção deste novo modelo de organização do ensino superior em três ciclos fica consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto) e a sua implementação vai afectar todo o ensino superior - universitário e politécnico -, abarcando quer a realidade do ensino público, quer privado e constituindo o ano lectivo de 2007/2008 o principal momento de uma viragem que, naturalmente, afectou a área sobre a qual nos debruçamos.

A fim de ilustrar o mais aproximadamente possível a realidade portuguesa, dentro da complexidade e indefinição do quadro de transição em curso, e não existindo informação sistematizada e actualizada sobre esta questão, procedemos à recolha de informação disponível nos *sites* das diversas instituições de ensino (posteriormente completada com confirmações via e-mail e oralmente), no *site* da Direcção-Geral do Ensino Superior (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), assim como através dos diplomas publicados em Diário da República. Na análise quantitativa dos cursos não foram incluídas as situações de cursos a aguardar registo e os que irão encerrar no final do corrente ano, em consequência da entrada em funcionamento do seu correspondente adequado a Bolonha.

No que concerne à distribuição geográfica dos cursos activos é de assinalar a existência de cursos de nível superior em 12 dos 18 distritos, bem como na região autónoma dos Açores, sendo naturalmente significativa a sua maior concentração em Lisboa e no Porto.

Contudo, é de salientar que em cinco distritos só exista um único curso de Pós-graduação/Especialização, cujas designações vão desde Ciências Documentais (2), Ciências Documentais e da Informação (1), Ciências da Documentação e da Informação (1) e Organização e Animação de Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos (1). Esta tendência para a existência de um único grau por instituição formadora, normalmente curso de pós-graduação/especialização ou, em casos mais raros, mestrado, ocorre em outros distritos mas não se torna aqui perceptível dada a concentração de instituições nesses mesmos distritos.

A fim de possibilitar uma melhor identificação das entidades envolvidas segue-se uma tabela na qual apresentamos a Instituição e Escola/Faculdade/Departamento responsável pela formação na área da Informação e da Documentação, quer no sector público, quer privado.

Escolas/ Faculdades / Departamentos envolvidos (Sector Público)	Faculdades / Departamentos envolvidos (Sector Privado)
Escola Superior de Educação de Santarém	Instituto Superior de Ciências Educativas
Instituto Politécnico de Portalegre Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre	Instituto Superior de Línguas e Administração
Instituto Politécnico do Porto Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões Departamento de Ciências Documentais
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação	Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Filosofia de Braga
Universidade Aberta Departamento de Ciências da Educação	Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Aberta Departamento de Língua e Cultura Portuguesa	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação
Universidade da Beira Interior Faculdade de Artes e Letras – Departamento de Letras	Universidade Lusófona do Porto
Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia	Universidade Moderna
Universidade de Aveiro Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda	Universidade Portucalense Infante D. Henrique Departamento de Ciências da Educação e do Património
Universidade de Coimbra Faculdade de Letras - Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica	
Universidade de Évora Departamento de História	
Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Departamento de Línguas Comunicação e Artes	
Universidade do Minho Escola de Engenharia	
Universidade do Porto Faculdade de Letras (Secção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação) e Faculdade de Engenharia	
Universidade dos Açores Faculdade de História, Filosofia e Ciências Sociais	
Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	

Chamamos a atenção para a manutenção do domínio das Escolas/unidades orgânicas ligadas às áreas das Letras e Ciências Sociais e Humanas - História, Filosofia, Línguas e Património -, bem como a presença das Ciências da Educação, sendo, contudo, perceptível a emergência de Escolas/unidades orgânicas ligadas às tecnologias da informação e à gestão (e também ao ensino politécnico e ensino superior técnico) e o caso que, no ensino universitário, assume já uma parceria de duas faculdades (FLUP/FEUP). Aparece, ainda que muito pontualmente, a menção a Departamentos/Institutos específicos como é o caso do Departamento de Ciências Documentais na Universidade Autónoma de Lisboa ou do Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sendo de referir que no caso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto está em curso o processo que visa a estruturação de um novo Departamento reunindo a área da Ciência da Informação e das Ciências da Comunicação.

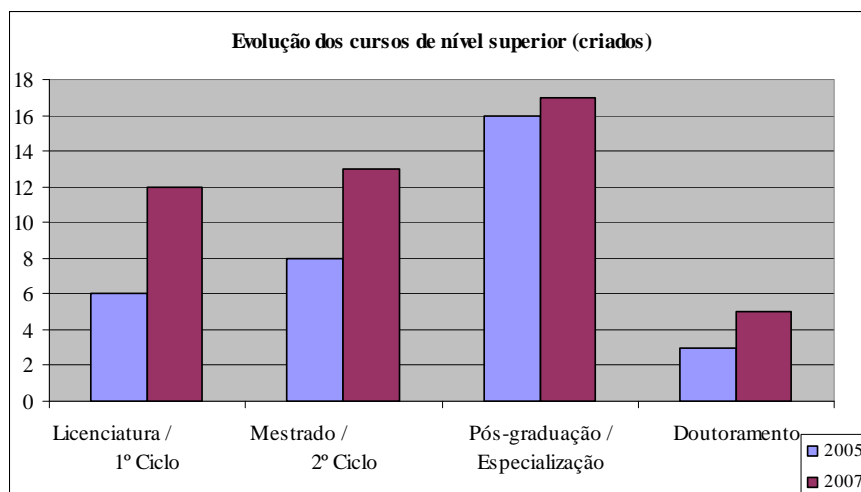


Figura 9. Análise evolutiva dos cursos de nível superior (2005-2007)

Especificando a realidade dos cursos ministrados e analisando o gráfico da fig. 9, refira-se que é claro o aumento generalizado dos cursos (47 no total), sobretudo ao nível do 1º e 2º ciclos.

No caso do 1º ciclo e dos doze cursos de licenciatura considerados, encontram-se todos adequados a Bolonha, enquadrando-se para efeitos de acesso ao ensino superior na área de estudos de “Direito, Ciências Sociais e Serviços” e sendo o grau obtido com a aprovação em, pelo menos, 180 ECTS (seis semestres). Comparando com 2005, verificamos a duplicação do número de cursos envolvendo a criação, em 2006, de uma nova licenciatura em universidade privada (posteriormente adequada) e em 2007 de cinco novas licenciaturas (três em universidades públicas, uma no politécnico e uma em universidade privada), uma das quais já existia anteriormente como bacharelato. No total temos oito em instituições públicas e quatro em privadas, sendo de referir que três nunca funcionaram por falta de alunos (reportam-se a universidades privadas, tendo já alguns dos cursos mais do que um ano de existência).

Analisando os dados do acesso ao ensino superior (gráfico da fig. 10) é evidente o aumento progressivo do número de vagas, de 60 em 2001, passam a 210 em 2005 e a 285 em 2007. Esta tendência de crescimento não é acompanhada quando analisamos o número de colocados que evidencia a partir de 2005 um nítido desfasamento entre a oferta e a procura, ficando por preencher na 1ª fase desse ano cerca de 28% das vagas, enquanto que em 2007 esse valor ascende a 50,5%. Mesmo ao nível do número de candidatos verifica-se uma inflexão e a tendência para decrescer. Significativa é também a tendência para a diminuição das médias das notas do último colocado que, em 2007, oscilaram entre os 13,78 e os 10,55 valores, quando em 2001 tínhamos uma variação entre os 15,08 e os 13,50.

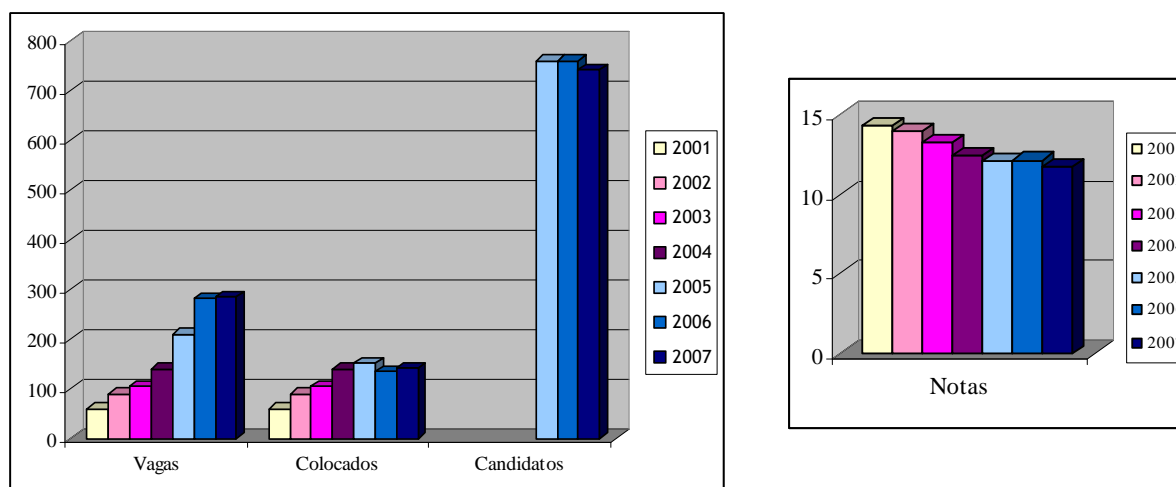


Figura 10. Análise evolutiva da 1ª fase de candidaturas ao 1º ciclo do ensino superior e da média das notas do último colocado (2001-2007)

No que concerne aos mestrados, o crescimento dos cursos foi menor, distribuindo-se actualmente dez pelo sector público e três pelo privado, não tendo sido, todavia, considerados dois mestrados (de universidades privadas) que aguardam reconhecimento pelo ministério. O grau é obtido com a aprovação em, pelo menos, 120 ECTS (quatro semestres), existindo a possibilidade de integrarem uma pós-graduação/especialização com a frequência dos dois semestres iniciais (60 ECTS). O seu enquadramento como 2º ciclo direcciona-os para o aprofundamento de conhecimentos e competências adquiridas num 1º ciclo da mesma área científica, ou de outra área mas possuindo os requisitos considerados mínimos para a prossecução dos estudos, bem como em pós-graduação em Ciências Documentais, permitindo, desta forma, quer uma especialização profissional, quer o desenvolvimento de investigação. Envolve normalmente uma componente lectiva (dois semestres) e a realização de um trabalho final, estágio / relatório de estágio profissional, trabalho de projecto original / relatório final de projecto ou dissertação de natureza científica (dois semestres), sendo diversas as opções tomadas. Refira-se, a propósito, que o Mestrado em Ciência da Informação, parceria FEUP/FLUP, permite optar entre o desenvolvimento de um projecto e a realização de uma dissertação.

Contudo, nem todos os cursos estão adequados a Bolonha existindo muitas cambiantes e dúvidas acerca do futuro. Refira-se que só em dois casos se verificou o encerramento do CECD e a abertura do 2º ciclo (mas continuando a não existir um 1º ciclo na área), detectamos, ainda, um caso de encerramento de um CECD com abertura de um 1º ciclo, envolvendo, ainda a adequação do Mestrado já existente a 2º ciclo de Bolonha e um outro caso de encerramento de uma especialização com abertura de um 1º ciclo, envolvendo, também a adequação do Mestrado já existente a 2º ciclo de Bolonha. Das 28 instituições referenciadas são seis os casos que só ministram Mestrado e nove as que oferecem 1º ciclo e Mestrado/Doutoramento.

É visível a dualidade de posições que oscila entre a adopção de um novo modelo de formação e a continuidade do anterior modelo direccionado à formação especializada em Biblioteconomia e Documentação e Arquivística configurada em ramos, variantes, competências específicas/área, mas que não obsta a que frequentemente se acresça, nos objectivos, a gestão da informação e do conhecimento e o domínio das tecnologias da Informação, sem uma clara demarcação epistemológica e teórica.

No que concerne às pós-graduações/especializações, dos dezassete cursos identificados em 2007, quatro encontram-se desactivados (mas não encerrados) e três nunca chegaram a funcionarem. Apesar do menor aumento que evidenciam, não mostram a tendência de descida que seria natural e esperada face a uma aposta que se pretendia mais generalizada e consistente ao nível do 1º ciclo, aumentando mesmo o seu número face a 2005. Foram efectivamente raros os casos de encerramento decorrentes da abertura de 1º e 2º ciclo, situação que será ainda mais relevante se considerarmos que não estão aqui consideradas as situação de mestrados (2º ciclo) que integram pós-graduação/especialização com a frequência de dois semestres (60 ECTS). São ainda nove as instituições que

oferecem exclusivamente a pós-graduação, na sua esmagadora maioria em modelo CECD, não sendo também de esquecer o domínio das instituições privadas neste âmbito.

Designações - Licenciaturas	
Ciência da Informação (9694)	2
Ciência da Informação, Arquivística e Biblioteconómica (9695)	1
Ciências da Informação e da Documentação (9039)	5
Ciências Documentais e Editoriais (9825)	1
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (9043)	1
Documentação e Arquivística (9733)	1
Informação e Documentação (9468)	1

Designações - Mestrados	
Ciência da Informação	2
Ciências da Documentação e Informação	1
Ciências da Informação e da Documentação	3 e 1 a activar
Ciências Documentais	2
Educação e Bibliotecas	1
Educação e Leitura	1
Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais	1
Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares	1
Gestão de Informação	1
Gestão do Conhecimento e da Informação em Contexto Digital	1 a activar

Pós-Graduações / Especializações	
Ciências da Documentação e da Informação	1
Ciências da Informação - Documentação / Ciências da Informação e da Documentação	3
Ciências Documentais	10
Gestão de Sistema Documentais	1
Informação e Documentação Jurídica	1
Organização e Animação de Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos	1

Designações - Doutoramentos	
"Documentación e Información Retrospectiva en Humanidades"	1
Biblioteconomia e Documentação: Documentação Científica	1
Ciência da Informação	1
Ciências da Informação	1
Ciências Documentais	1

Analisando a tabela supra, na qual são referenciadas as designações que encontramos nos diferentes graus do ensino de nível superior, ressalte-se o número de ocorrências da designação Ciências da Informação e da Documentação (12) indiciadora da influência do modelo LIS e o domínio da designação Ciências Documentais (13). Apesar de a designação de Ciência da Informação (termo singular), entendida como sinónimo de área abrangente que engloba os saberes mais tradicionais, não ter sido adoptada de forma generalizada (só ocorre em 4 cursos o que reflecte o próprio *design* curricular dos novos cursos que se mantém muito diversificado), poderemos afirmar que na verdade a ideia de que a formação superior pode e deve ser iniciada na Licenciatura já começa a ser aceite sem relutância, assistindo-se à adopção, em maior ou menor grau, do modelo da LCI.

Contudo, verificamos que está também aí razoavelmente patenteada uma situação que, não deixando de ser típica de uma fase de transição, reflecte ainda a continuidade do paradigma custodial, técnico e ainda muito centrado no documento, apontando para fragilidades e inconsistências epistemológicas e teóricas para resolução das quais, e apesar do crescente investimento na formação pós-graduada, não está a ser obtido o retorno que se impõe em termos de afectação de docentes e investigadores, exigindo um atento acompanhamento quer da evolução dos planos de estudo, quer do corpo docente envolvido, numa época em que reconhecidamente os constrangimentos de ordem financeira e de mudança do modelo de gestão das instituições do ensino superior não propiciam o contexto que seria desejável para a consolidação científica que se impõe e para uma real efectivação de Bolonha.

Na verdade, impõe-se uma reflexão sobre todo o processo de mudança no modelo de ensino/aprendizagem que hoje vivemos e que foi no seu início assumido como uma oportunidade de inovação nos currículos ditos de LIS europeus, procurando, assim, corresponder às cada vez mais elevadas expectativas quer de estudantes, quer dos próprios empregadores.

Se em Portugal é notória a carência de estudos no âmbito da inserção profissional, isto não obsta a que seja perceptível a falência da aposta na formação para o desempenho de funções em serviços de Biblioteca, Arquivos e Centros de Documentação institucionalizados no âmbito da administração pública.

Confirmando o que referimos a propósito dos estágios, e tomando como referência os dados disponibilizados através do relatório da *Bolsa de Emprego 2006* da BAD é evidente a desproporção entre a procura e a oferta de emprego por parte do empregador tradicional (Estado – através dos avisos publicados em Diário da República). Como vimos quando analisamos o caso da LCI (extensivo aos ainda raros cursos que implementam um modelo mais inovador), a ampliação do mercado está directamente relacionado com a alteração do modelo de formação e do perfil de profissional a formar e terá que ser direccionado para a gestão da informação em qualquer contexto organizacional, mostrando-nos a experiência que o mercado de trabalho carece e está disposto a integrar o perfil de um gestor da informação que de forma alguma se confunde ou pretende ser um informático.

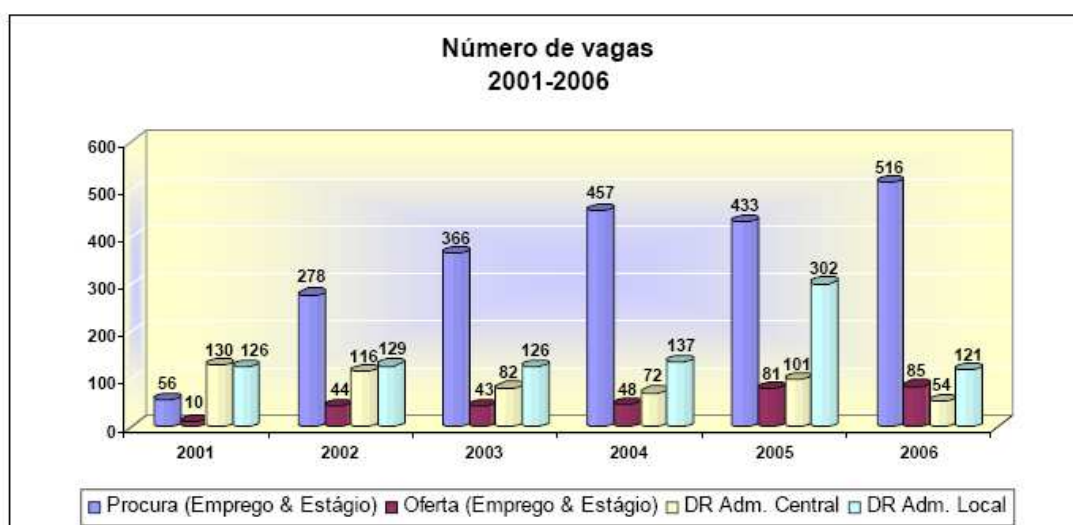


Figura 11. BAD -Análise evolutiva da Procura (Emprego / Estágio) e Oferta (Emprego / Estágio) na Administração Pública (2001-2006)

Não será, pois, descabido, terminarmos esta nossa reflexão com a invocação das barreiras que foram detectadas por grupos de trabalho (de carácter geral e específico) que foram constituídos no âmbito da reforma decorrente da implementação de Bolonha e do seu impacto na área da LIS, nomeadamente um projecto europeu lançado pela Royal School of Library and Information Science, no âmbito do Programa Sócrates, intitulado “LIS Education in Europe: joint curriculum development and Bologna perspectives” no qual participaram representantes de vários países como: Anna Maria Tamaro, Assumpció Estivill, Fernanda Ribeiro, Frederic Blin, Malgorzata Kisilowska e Ton de Bruyn.

Entre as principais barreiras identificadas por este grupo de trabalho, face ao “processo de Bolonha”, encontrámos alguns apontadores interessantes a saber:

- “fragmentation of a common vision of LIS as balance of Library, Archives, Information and Communication Studies;
- limited autonomy of LIS programmes inside the Faculty, University and National regulations;
- difficulties to apply ECTS, Dublin Descriptors, in particular for postgraduate levels;
- difficulties to change to a learning outcomes approach;
- lack of LIS curricula benchmarking; different approaches to pedagogical guidelines (also balance theory/practice);
- lack of reference standards widely adopted by the LIS community as European Common Qualifications Framework;
- unclear process and bureaucratic control;
- lack of coordination with other international projects”.

Pensamos que estas barreiras são ainda hoje enunciadoras do muito trabalho que ainda há para realizar a este nível, não só no âmbito internacional, mas sobretudo a nível nacional. A actualidade da formação, sobretudo a de nível superior em Portugal, está profundamente marcada pelo processo de “Bolonha” em curso e cujo impacto é especialmente sensível no corrente ano lectivo (2007/2008) e ao nível do 1º e 2º ciclos. No nosso ponto de vista, o sumário mapeamento que fizemos, é, todavia, deveras elucidativo, esboçando-se uma tendência para a reprodução, em “formato Bolonha”, da situação que havíamos diagnosticado nos CECD, quer em termos de proliferação da oferta de cursos, quer na reprodução de modelo de formação, quer na carência de uma sólida sustentabilidade científica.

A Universidade, os seus docentes e investigadores têm aqui uma palavra a dizer, sendo crescente a percepção das movimentações que se desenham, tal como o demonstra a realização deste Encontro.

Notas

- (1) Cf. a desenvolvida análise diacrónica efectuada em SILVA, Armando Malheiro da [et al.]. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, 1998, ISBN 972-36-0483-3. vol. 1 pp. 45-193.
- (2) Cf. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Novo dicionário do livro : Da escrita ao multimédia*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1999. p. 365.
- (3) Cf. a análise efectuada por SILVA, Armando Malheiro da. *A Informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto : Edições Afrontamento, 2006, ISBN 972-36-0859-6.
- (4) EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS. Euroguide LIS : Competencies and aptitudes for European information professionals. Consultado em: 10-02-2008. <url:http://www.certidoc.net/en/eurefl-english.pdf>
- (5) Este texto colheu fortes contributos da reflexão e percurso já efectuados no âmbito da criação e operacionalização do curso de Licenciatura em Ciência da Informação ministrado pela Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. É de salientar a síntese teórica plasmada na publicação intitulada *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, elaborada em resultado da análise levada a cabo por um grupo informal constituído a

convite do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do qual faziam parte: Anabela Lapa, Armando Malheiro da Silva, Elisa Cerveira, Fernanda Ribeiro, João Álvaro Carvalho, João Leite e Maria Manuel Borges. Para uma abordagem mais detalhada ver também, e entre outros os artigos da autoria de RIBEIRO, Fernanda. "O desafio da formação profissional : novo paradigma, novo modelo formativo". En: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS*, 1, São Paulo, 2002, pp. 419-440; RIBEIRO, Fernanda. "An integrated perspective for professional education in libraries, archives and museums : a new paradigm, a new training model ". En: *Journal of Education for Library and Information Science*, 2007, Spring, v. 48, n. 2; RIBEIRO, Fernanda – “O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista”. En: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, 2006. pp. 47-63. ISBN 972-8932-07-3 e, ainda, SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002, ISBN 972-36-0622-4.

- (6) RIBEIRO, Fernanda. “An integrated ... (op. cit.)”.
- (7) SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. "Formação, perfil e competências do profissional da Informação". En: *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*, 8º, Estoril, 2004.
- (8) SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. “Formação, perfil ... (op. cit.)”.
- (9) Cf. SILVA, Armando Malheiro da. *A Informação : da compreensão ... (op. cit.)*. pp. 150.
- (10) Cf. SILVA, Armando Malheiro da. *A Informação : da compreensão ... (op. cit.)*.
- (11) Cf. REAL, Manuel Luís. “Gestão do património arquivístico nacional”. En: *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*, 2, Coimbra, 1987, pp. 207-231.
- (12) Cf. RIBEIRO, Fernanda – “O Ensino da Paleografia ... (op. cit.)”. p. 53.
- (13) RIBEIRO, Fernanda – “O Ensino da Paleografia ... (op. cit.)”. p. 51.
- (14) RIBEIRO, Fernanda. "Formação e mercado de trabalho em informação e documentação em Portugal". En: *COLOQUIO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN*, 6, Salamanca, 2005. Consultado en: 10-02-2008. url:<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id177&sum=sim>.
- (15) Referimo-nos ao estudo de Fernanda Ribeiro que obteve o “Prémio Raul Proença” 2006 da BAD e cujo lançamento público decorrerá em breve.
- (16) Programas como o United Nations International Scientific Information System (UNISIST), de 1970, que procura orientar, interpretar, estimular e reforçar a cooperação voluntária entre serviços de informação nacionais, de forma a obter o máximo de rendimento da documentação disponível a nível mundial; o National information Systems (NATIS), de 1974, dirigido à planificação dos sistemas nacionais globais de informação; o General Information Programme (PGI), de 1977, que visa possibilitar a conjugação da responsabilidade pelos sistemas e serviços de informação científica e técnica (incluindo a promoção e o desenvolvimento do UNISIST) e a promoção da Documentação, Arquivos e Bibliotecas e o Memory of the World, iniciado em 1970 e direccionado à preservação e acesso universal à *documentary heritage* existente em acervos de arquivos e bibliotecas de todo o mundo.
- (17) Publicado em: Diário da Republica. 1ª Série. Lisboa. 156 (10 Jul. 1991) 3510-3514.
- (18) Publicado em: Diário da Republica. 1ª Série. Lisboa. 156 (10 Jul. 1991) 3510-3514. p. 3510.
- (19) Gráfico que completa o apresentado em 2005 por RIBEIRO, Fernanda. "Formação e mercado ... (op. cit.)
- (20) RIBEIRO, Fernanda. "Formação e mercado ... (op. cit.)
- (21) INFANTE, Miguel Rui - "El Archivero en Portugal... ¿ qué le depara el futuro?". En: *Tabula: Estudios Archivísticos de Castilla e León*, 2005, v. 8, pp. 27-34.
- (22) Cf. Resolução do Senado do Universidade do Porto, de 21 de Março de 2001 (publicada em: Diário do Governo. 2ª série. 131 (6 Jun. 2001) 9.576).
- (23) RIBEIRO, Fernanda. “O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo”. Consultado en: 10-02-2008. <url:<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id179&sum=sim>>.

- (24) Com a adequação a Bolonha é efectuada uma revisão da especificação das áreas científicas: Ciência da Informação (CI); Ciência de Computadores (CC), Ciências Sociais (CS); História (HIST); Ciências da Linguagem (CLI); Filosofia (FIL). Mantêm-se de uma forma geral o corpo de disciplinas (algumas passam para 2º ciclo, a área da História é reduzida; são suprimidas Acção Cultural e Educativa e Seminário, bem como o Estágio Curricular, este por força da obrigatoriedade em não ultrapassar os seis semestres lectivos (180 ECTS), manifestamente insuficientes para enquadrar a formação essencial e um modelo de estágio como o existente (a proposta apresentada – 7 semestres (210 ECTS) - foi recusada pela Direcção Geral do Ensino Superior).
- (25) RIBEIRO, Fernanda. "O desafio da formação profissional ... (op. cit.).
- (26) Dados gentilmente disponibilizados pela BAD e que são parte integrante do seu relatório anual: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. *Bolsa de Emprego 2006 : análise estatística*. Lisboa : BAD, 2007. Como é referido "este relatório apresenta os resultados da análise da bolsa de emprego (ofertas e procuras de emprego, ofertas e procuras de estágio) divulgada pela BAD através do seu site em 2006, bem como uma análise comparativa com os anos precedentes. As fontes de informação para a publicação dos anúncios são diversas: Anúncios de oferta e procura de emprego / oferta e procura de estágio enviados directamente à BAD; Avisos publicados no Diário da República (Administração central e local); Anúncios publicados na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt); Anúncios recuperados por outras vias (Netemprego, anúncios de jornais, lista de discussões, newsletter, EPSO, etc.).
- (27) Publicado em: Diário da Republica. 2ª Série. Lisboa. 259 (4 Nov. 2004) 16208-16210.

Referencias bibliográficas

- EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS.** Euroguide LIS : Competencies and aptitudes for European information professionals. Consultado em: 10-02-2008. <[url:http://www.certidoc.net/en/eurefl-english.pdf](http://www.certidoc.net/en/eurefl-english.pdf)>
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça.** *Novo dicionário do livro : Da escrita ao multimédia*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1999.
- PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo.** "A formação de arquivistas no quadro da Ciência da Informação: o caso da Universidade do Porto ". En: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA*, 4º, Lisboa, 2005.
- PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo.** "Information Management : a Systemic Model". En: *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*, 2007, March, v. 1, n. 0.
- RIBEIRO, Fernanda.** "An integrated perspective for professional education in libraries, archives and museums : a new paradigm, a new training model ". En: *Journal of Education for Library and Information Science* , 2007, Spring, v. 48, n. 2.
- RIBEIRO, Fernanda.** "Archival Science and changes in the paradigm". En: *Archival Science: International Journal on Recorded Information* , 2001, v. 1, n. 3, pp. 295-310.
- RIBEIRO, Fernanda.** "Formação e mercado de trabalho em informação e documentação em Portugal". En: *COLOQUIO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN*, 6, Salamanca, 2005.
- RIBEIRO, Fernanda.** "O desafio da formação profissional : novo paradigma, novo modelo formativo". En: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS*, 1, São Paulo, 2002, pp. 419-440.
- RIBEIRO, Fernanda.** "O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista". En: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do

Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, 2006, pp. 47-63. ISBN 972-8932-07-3.

SILVA, Armando Malheiro da. *A Informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico.* Porto : Edições Afrontamento, 2006, ISBN 972-36-0859-6.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.* Porto : Edições Afrontamento, 1998, ISBN 972-36-0483-3. vol. 1.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. "Formação, perfil e competências do profissional da Informação". En: *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*, 8º, Estoril, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.* Porto : Edições Afrontamento, 2002, ISBN 972-36-0622-4.

VAZ, Francisco António Lourenço. "A Formação em Ciências da Informação e da Documentação". En: *Cadernos BAD*, 2006, n. 1.